

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Giulia Kuchta Stello

ENCONTROS E HISTÓRIAS NA ADOÇÃO

Porto Alegre

Abril 2023

Giulia Kuchta Stello

ENCONTROS E HISTÓRIAS NA ADOÇÃO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Giana Bitencourt Frizzo

Porto Alegre

Abril 2023

Agradecimentos

A todos os encontros, reencontros e despedidas que fazem parte e que ultrapassam esses anos de graduação, agradeço.

À minha querida avó Aurora, ou Leli, como gostava de ser chamada, minha saudade é diária. As longas horas de viagem para Erechim eram sempre recompensadoras quando você estava lá nos esperando com um largo sorriso no rosto e com um abraço reconfortante. Obrigada pelo teu apoio em todas as fases da minha vida em que você esteve presente. Queria poder estar comemorando esse fechamento de ciclo contigo aqui presente. Você faria a maior festa, tenho certeza, mas sei que tu estás em algum lugar pertinho vibrando comigo por essa nossa conquista.

Aos meus amigos que me acompanham desde antes da psicologia ser uma alternativa de graduação, Amanda, Carol, Flávia, Gabriela, Gusi e Zaffari. Compartilhar a vida com vocês ao longo de todos esses anos é muito especial, tenho muita sorte.

Aos meus amados amigos da psicologia, Ana, Bruno, Isadora, Jango, Lorena, Samuel, Uerê, William, obrigada por terem me mostrado que a graduação poderia ser bem mais leve do que eu imaginava e por continuarem comigo nessa jornada mesmo fora da faculdade.

À minha família, principalmente aos meus pais, Cristine e Rogério, por me mostrarem diariamente a importância e o impacto do amor e do cuidado nas relações. Obrigada por estarem sempre ao meu lado e por serem o meu maior porto seguro. Se eu estou entregando esse trabalho e me tornando uma psicóloga, é por causa de vocês.

Ao meu querido companheiro, Rafael, obrigada pelas aventuras, pelas risadas, pelo amor diário e por nunca ter soltado a minha mão. Você é muito especial para mim.

Às minhas supervisoras do Domus, Andrea e Virgínia, por me apresentarem um lado da psicologia que acabei criando um grande amor. E as minhas colegas e amigas Carol, Julia, Renata e Priscilas por todas as trocas tão especiais que continuam para além do período de estágio.

À professora Mariana, obrigada por ter aceitado fazer parte desse momento tão importante da conclusão da graduação.

À Giana, obrigada pela tua orientação e por confiar na minha escrita. Agradeço também por ter me proporcionado participar de um programa tão especial como foi o Adoção: início dos novos vínculos.

A toda equipe que compôs o programa, pessoas que já pude dar um abraço pessoalmente e para as que conheci apenas no online, levo com muito carinho todos os encontros e reuniões que preencheram alegremente o ano de 2021.

Por fim, a todas as famílias que confiaram e participaram do programa compartilhando suas preciosas histórias e proporcionando a escrita desse trabalho, muito obrigada!

Resumo

Este trabalho se constitui nas reflexões sobre o tema da adoção a partir da minha experiência como bolsista de iniciação científica no programa de apoio “Adoção: início dos novos vínculos”. Por meio do relato de um caso único de uma família adotiva que participou do programa, objetivou-se compreender como a história de vida pregressa da criança se insere e é integrada na história da família, percorrendo pela seleção de temáticas que pudessem auxiliar a escrita: a história da família, a espera dos pais pela filha, a história pregressa da criança, como falar sobre a adoção e as integrações dessas histórias na construção dos novos vínculos. Com isso, buscou-se mostrar a singularidade de cada encontro no universo da adoção.

Palavras-chave: Adoção. Famílias adotivas. História pregressa. Programa de apoio à adoção.

Sumário

Introdução	6
1. O percurso dos pais e o percurso dos filhos na adoção	11
1.1 Dos Pais	11
1.2 Dos filhos	13
2. Adoção: O início dos novos vínculos	15
2.1 Considerações éticas	18
3. Discussão de caso	21
3.1 Procedimentos	21
3.2 Instrumentos	21
3.3 Análise Do Caso	21
3.3.1 <i>A família da Aurora</i>	22
3.3.2 <i>O caminho da espera</i>	23
3.3.3 <i>A história da Aurora</i>	24
3.3.4 <i>Como falar sobre a adoção?</i>	25
3.3.5 <i>Os frutos desse encontro</i>	27
Considerações Finais	29
Referências	31
Anexos	36

Introdução

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990, é caracterizado como um conjunto de normas que tem como principal objetivo a proteção integral dos direitos das crianças e dos adolescentes (Estatuto da criança e do adolescente, 1990, Art. 1), cuja responsabilidade de assegurá-los fica a cargo da Família, do Estado e da Sociedade. Conforme o Estatuto, o direito à família é um dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, incluído no mesmo plano dos direitos à vida e à saúde (Fonseca, 2015): “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral” (Estatuto da criança e do adolescente, 1990, Art. 19).

Portanto, o direito à família presente no Estatuto se refere não ao direito da família sobre a criança, mas sim ao direito da criança e do adolescente a ter uma convivência familiar e comunitária que garanta o seu desenvolvimento pleno e saudável. Acontece que algumas famílias não conseguem garantir os fatores de proteção aos menores, gerando riscos à vida de seus integrantes (Hueb, 2016). Quando houver a violação ou a impossibilidade de cumprimento dos direitos, é prevista a aplicação de medidas protetivas, sendo passível de ocorrer a perda ou transferência da guarda e do poder familiar. Em outros casos, a transferência da guarda também pode ocorrer em situações de morte dos pais ou pela entrega voluntária, prevista no ECA segundo artigo 19-A (Lei n. 13.509/2017). Este último caso se dá quando a gestante ou a mãe manifesta seu interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, que será encaminhado à Justiça da Infância e da Juventude (JIJ).

No que concerne à convivência familiar, são priorizados no ECA primeiramente os laços afetivos de origem da criança e do adolescente com a família natural¹, seguido da família extensa² (ECA, 1990). Excepcionalmente, quando esgotadas as possibilidades de retorno à família de origem, como última medida de proteção, as crianças e os adolescentes são encaminhados à família substituta através de guarda, tutela ou adoção (ECA, 1990, Art. 28).

Como medida excepcional e irrevogável, a adoção é a via de parentalidade que pela legislação brasileira confere aos menores todos os direitos e deveres de filhos, sem quaisquer diferenciações de um descendente natural, os desligando de qualquer vínculo legal com a sua família de origem (ECA, 1990, Art. 41). Para além de ser uma via de parentalidade que permite aos

¹ “Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes”. (ECA, 1990, Art. 25)

² “Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade”. (ECA, 1990, Art. 25, parágrafo único)

adotantes a concretização do desejo de serem pais (Nunes, 2008), deve-se ter em vista na adoção prioritariamente as reais necessidades da criança para o seu desenvolvimento, a medida mais benéfica ao menor e a sua inserção em uma unidade familiar (Silva, Schwochow, Resmini, & Frizzo, 2020).

A adoção é uma temática que instiga muitos afetos e opiniões. Schettini, Amazonas e Dias (2006) comentam sobre a recente mudança de perspectiva da adoção em nossa sociedade, reconhecida hoje como uma outra possibilidade de fundar ou aumentar a família. No Brasil, a história da adoção se fez presente desde a época da colonização e, historicamente, perdurou-se a ideia de que esse tipo de filiação era de “segunda categoria” (Arpini & Narciso, 2018), sendo silenciada, desqualificada e sufocada por estigmas provenientes de mitos, fantasias e preconceitos presentes no imaginário popular. Um exemplo disso é a valorização de família fundamentada nos laços consanguíneos como indissolúvel, por serem os “verdadeiros laços naturais” (Schettini et al., 2006), além do lugar diferenciado que os filhos adotivos muitas vezes ocupavam nas famílias em relação aos filhos naturais, sendo tratados de forma discriminatória (Arpini & Narciso, 2018).

Hartman (1994) menciona uma visão antiga de que a construção da família adotiva deveria suprimir as suas diferenças e se assemelhar o máximo possível à construção da família biológica. A ideia da “rejeição da diferença”, elaborada por David Kirk (Kirk, 1964 citado em Hartman, 1994) em suas pesquisas iniciais sobre a adoção, define que o que destoava na família adotiva e a tornava diferente da biológica deveria ser negado ou minimizado, o que incluía a história pregressa à adoção e a família biológica da criança adotada. Ainda, Schettini et al. (2006) falam de uma tendência cultural de que a adoção busque se constituir como na via da filiação biológica, que se justifica pelo fato de que o tema da adoção esteja inserido no âmbito das regras de parentesco, atuando sobre a oposição nas formações familiares entre laços biológicos, dados como “naturais”, e laços afetivos, culturais:

É preciso, principalmente, que os pais adotivos compreendam que a diferença não é um produto da natureza, ela é socialmente construída e, como tal, estará sempre permeada por relações de poder. Ela será sempre valorada como boa ou ruim, normal ou anormal, e somos nós que atribuímos esses valores. Somente desse modo será possível implicá-los em um movimento de transformação da identidade social de pais adotivos. (Schettini et al., 2006, p. 287)

Com frequência, a dificuldade de conviver com as diferenças da adoção em famílias adotivas sucede como forma de proteção da intrusão de estigmas dolorosos tanto para os pais adotivos, estigmatizados por serem incapazes de gerar filhos (Hartman, 1994), quanto para os filhos adotados, que estariam condenados à repetição da “história de fracasso” dos seus pais biológicos

(Vigevani, n.d.) e teriam de lidar com uma informação que julgam demasiadamente dolorosa. Todavia, esta tentativa de proteção inicial pode se tornar uma grande barreira entre o adotado e a sua história pregressa à adoção, pois reforça a negação de realidades imprescindíveis à construção de sua identidade e à constituição de sua personalidade, que precisam ser integradas³.

A visão tradicional da adoção nos leva a ponderar sobre quem está sendo protegido por quem e do quê nesta relação, já que viola o direito dos filhos de terem acesso às suas realidades. Como antigamente a grande maioria dos processos de adoção sequer passavam pela intervenção do Estado, na chamada “*adoção à brasileira*”⁴ não se buscava garantir o superior interesse da criança e do adolescente (Nabinger, 2010), priorizando mais o interesse dos adultos do que os direitos e as necessidades das crianças e adolescentes.

Se antes a adoção era compreendida como um desvio da norma biológica de filiação, percebe-se uma alteração favorável neste cenário com a ampliação gradativa do debate na sociedade contemporânea, o que contribuiu para a “normalização da família adotiva” (Schettini et al., 2006) ao desconstruir preconceitos que permearam a história da adoção (Weber, 2014). Schettini et al. (2006) destacam que estudos e pesquisas de universidades, congressos e os eventos específicos, bibliografia recente, a mídia, as associações e os grupos de apoio à adoção (GAA) e os exemplos de adoções bem-sucedidas reverberaram positivamente para essa mudança de perspectiva, realçando a construção de vínculos baseada no afeto e consolidando a emergência de uma nova cultura de adoção:

Atualmente, a adoção já não é vista como uma filiação de segunda categoria ou apenas como o último recurso de que casais considerados estéreis lançam mão quando não podem ter filhos pelas vias biológicas. A adoção hoje é definida como uma outra possibilidade de se constituir família, a qual pode trazer resultados tão satisfatórios quanto a filiação biológica (Schettini et al., 2006, p. 287)

Logo, ao abordarmos essa outra possibilidade de constituir família, devemos levar em consideração as suas particularidades. Primeiramente, essa via de parentalidade não ocorre de forma acidental. Na parentalidade adotiva, os pais podem — ou não — ter passado pelo desafio da infertilidade, lutos e perdas até chegar a decisão da adoção. Além disso, a parentalidade adotiva está atrelada a dois planos: um racional, ligado à questão da decisão, de se passar por um processo de habilitação para adoção, submetido a uma preparação psicossocial e jurídica e a uma espera na fila do Sistema Nacional de Adoção, das complexidades judiciais, podendo tornar essa forma de

³ Com as alterações da Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009 do ECA, conhecida como Nova Lei da Adoção, foi garantido o direito do adotado a ter acesso às suas origens após completar 18 anos, ou até mesmo antes, se asseguradas orientação e assistência jurídica e psicológica (ECA, 1990, Art. 48).

⁴ Popularmente conhecida como “*adoção à brasileira*”, o termo diz respeito à adoção que não seguiu todos os trâmites legais previstos necessários para ser efetuada a adoção.

parentalidade mais estressante para os pretendentes (Moyer & Goldenberg, 2015 como citado em Campanha-Araujo & Nascimento, 2022); e o outro, emocional, relacionado ao investimento de afeto e dedicação ao filho que chega à família (Schreiner, 2004), visto que a criação do vínculo é formada na relação diária de cuidado e afeto.

Da mesma forma, a criança chega à família de um outro modo trazendo consigo marcas da sua história pré-adoativa, que não podem ser negadas, com importantes demandas de cuidados relacionados a sua saúde física e mental (Silva et al., 2022). Há uma história de rompimento precoce dos vínculos afetivos com a família de origem (Silva, Schwochow, Resmini, & Frizzo, 2020), e, caso tenha passado pelo acolhimento institucional, outro rompimento da convivência com profissionais, crianças e adolescentes com quem se relacionava diariamente nesse espaço de tempo. Mesmo nos casos em que o período de vinculação (Machado, Machemer, Schwochow, Silva, & Frizzo, 2022) da criança na família substituta ocorra nos primeiros dias de sua vida ou, por outro lado, nos casos na qual ela passa anos institucionalizada, sabe-se que a institucionalização, ainda que breve, gera impactos importantes no desenvolvimento infantil, principalmente na primeira infância (Zeanah et al., 2003), para os quais o tempo neste período do desenvolvimento vital é muito significativo (Hueb, 2016). Afinal, por melhor que seja a instituição de acolhimento, com atendimento personalizado e uma moradia digna, não pode ser comparada a um lar familiar.

Portanto, considerando os percursos e as mudanças de como a adoção é vista em nossa sociedade, os caminhos trilhados por cada sujeito até o encontro tão desejado e a importância da questão da história de vida anterior à adoção e da história que se inicia na adoção tanto para os pais quanto para a criança na criação dos vínculos, meu interesse de escrita surge a partir da minha experiência como bolsista de iniciação científica, no ano de 2021, no programa “Adoção: início dos novos vínculos”⁵ do Núcleo de Pesquisa e Intervenção em Famílias com Bebês e Crianças (NUFABE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em colaboração com o Instituto Fazendo História⁶.

O programa acompanhou trinta famílias no período posterior à chegada da criança, um período crítico na formação dos vínculos iniciais em que há necessidade de apoio às famílias (Penner, 2023) e que pode ser um período de estresse para os pais, podendo gerar uma redução da capacidade de pensar de forma mentalizadora⁷ sobre o filho. Nesse período, participei das reuniões

⁵ O projeto foi apoiado e financiado pelo iLab: Primeira Infância, sendo uma iniciativa do Núcleo de Ciência Pela Infância. O iLab faz parte da Frontiers of Innovation (FOI) – a plataforma de pesquisa e desenvolvimento (P&D) do Center on the Developing Child. A FOI tem como objetivo acelerar o desenvolvimento e a adoção de inovações baseadas na ciência que tenham impacto em grande escala para crianças e famílias que enfrentam adversidades.

⁶ O Instituto Fazendo História (IFH) é uma instituição não governamental de assistência social de São Paulo fundada em 2005 por um grupo de psicólogas envolvidas com a causa das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

⁷ A mentalização é uma atitude que envolve pensar em si mesmo e nos outros como agentes de intenção e é de suma importância para as relações intersubjetivas (Guia de Implementação, 2021, não publicado).

da equipe e das supervisões de casos, acompanhei diretamente seis famílias com diferentes psicólogas e auxiliei a criação de conteúdo para divulgação nas redes sociais do programa. A partir do estudo piloto realizado em 2021, das diversas temáticas abordadas nas sessões com uma facilitadora e nos vídeos sobre temas relevantes da adoção que eram enviados aos participantes, teve grande destaque, entre os relatos das famílias acompanhadas, a questão de como contar sobre a adoção e a história de vida dos filhos, do período anterior à adoção e sobre como lidar com as demandas emocionais e concretas da família biológica (Frizzo, 2022). O programa será apresentado com mais detalhes no segundo capítulo.

Tendo em vista a preciosa oportunidade de ter tido acesso a trinta diferentes histórias de adoção por meio do estudo piloto do programa, escolhi um caso que acompanhei diretamente de uma família composta pela mãe, Flora, pelo pai, João, pela filha, Aurora, além da cachorrinha, Mel, para aprofundar em meu estudo. Esse estudo de caso único foi selecionado pela grande riqueza de material, que fornece boas oportunidades de aprendizado (Stake, 2006) e por ter sido uma família que me sensibilizou bastante com a sua história. Irei abordar e me guiar a partir de temáticas e vinhetas questões que implicam nas histórias dos integrantes da família, do seu encontro e a integração delas — a história da família, a espera dos pais até o encontro, a história pregressa da criança, como falar sobre adoção e a integração dessas histórias.

O percurso dos pais e o percurso dos filhos na adoção

1.1 Dos pais

A escolha pela adoção surge de maneira singular para cada família. Dentre os motivos que levam uma pessoa ou um casal a recorrer à adoção, Levinzon (2006) lista os seguintes:

(...) questões de infertilidade; pais que afirmam que “sempre pensaram em adotar”; a morte de um filho biológico; o contato com uma criança abandonada que suscita o desejo de cuidar dela; o desejo de ter filhos quando já não é mais possível biologicamente; o parentesco com pais biológicos que não podem cuidar da criança; pessoas que não possuem um parceiro, mas querem exercer a maternidade ou a paternidade; o medo de uma gravidez; o argumento de que “há muitas crianças necessitadas” e é melhor adotá-las do que pôr mais crianças no mundo (Levinzon, 2006, p. 25).

Dos motivos citados e de outros possíveis, é recomendado que os pretendentes à adoção discriminem o motivo que os mobiliza a adotar uma criança ou um adolescente (Levinzon, 2006), já que ele indica o lugar que esse filho passará a ocupar no sistema familiar.

Uma vez decidida a escolha pela adoção, os pretendentes, com idade superior a 18 anos, independente do estado civil (ECA, 1990, Art. 39), devem dar início ao processo de habilitação com a solicitação na Vara da Infância e da Juventude (VIJ) da comarca onde residem. Posteriormente, são analisadas as documentações exigidas por cada Vara; se ratificadas as documentações, os postulantes seguem para uma avaliação psicossocial feita por uma equipe técnica interprofissional, constituída por pelo menos um psicólogo e um assistente social. A avaliação tem grande relevância, pois tem como objetivo investigar e entender as motivações que levaram os candidatos a buscarem pela adoção, compreendendo suas próprias questões de vida relacionadas às suas vivências familiares, suas expectativas e suas crenças sobre o filho a ser adotado, orientando os adultos sobre o processo adotivo (Silva et al., 2021). Nessa etapa, alguns aspectos são importantes de serem observados:

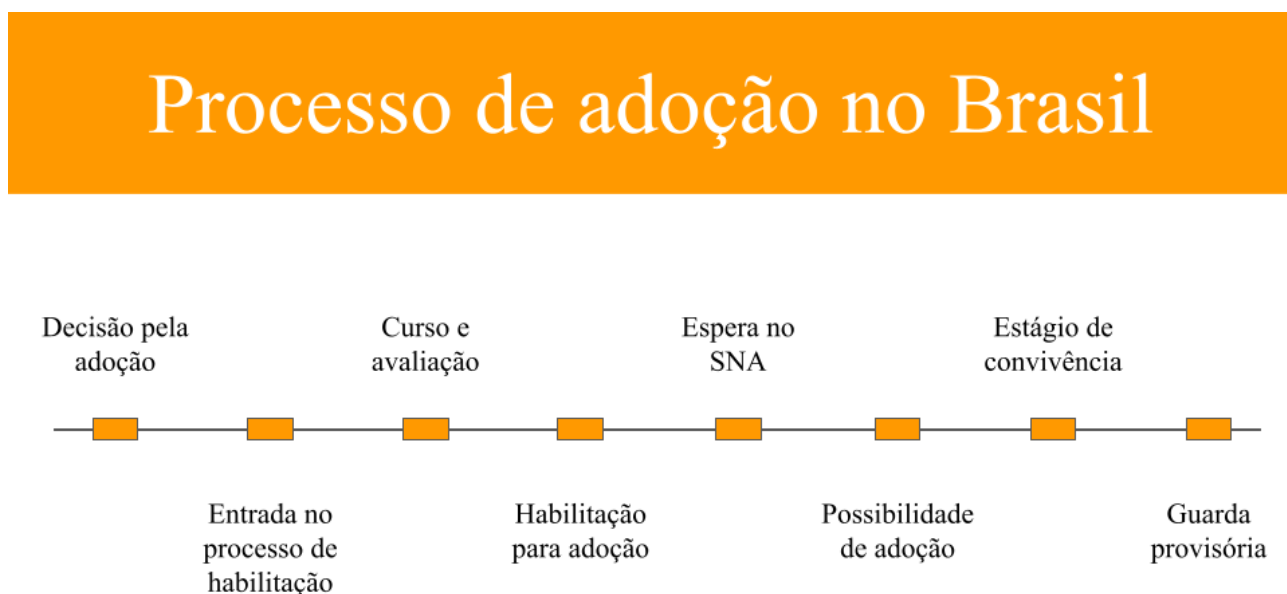
O conhecimento das funções parentais; as motivações para adoção; o quanto esta decisão pôde ser pensada por eles ou se é algo precipitado; como está o relacionamento e se há um projeto conjunto de adoção; o luto com relação à esterilidade ou impossibilidade de gerar filhos (quando for o caso); o que pensam, suspeitam e imaginam com relação à adoção e o quanto eles têm de dados de realidade (Soares, 2021, p. 76).

Após a conclusão da avaliação, os adotantes participam de um curso de preparação, nos quais são instruídos sobre a adoção nos vieses jurídico e psicossocial. Esse programa busca auxiliar os adotantes a estarem mais seguros sobre sua decisão, os informando sobre a adoção para além da idealização e sobre os possíveis desafios da convivência inicial com o filho.

Nas últimas fases do processo de habilitação, é realizada a análise do requerimento pela autoridade judiciária. Após habilitados nos termos da lei, dá-se o ingresso no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) (Resolução n. 289, 2019). Então, os adotantes entram na fila de espera para a indicação da possibilidade de adoção da criança ou do adolescente de acordo com as características escolhidas no seu processo. Este caminho da habilitação, muitas vezes, é mais longo do que o previsto e desejado pelos adotantes, mas ele tem uma grande importância. Como uma medida de proteção da criança e do adolescente, a equipe poderá verificar por meio da habilitação as condições de adoção dos possíveis adotantes, tendo como objetivo e prioridade evitar a dissolução da adoção e o retorno da criança ou do adolescente adotado à instituição de acolhimento (Riede & Sartori, 2013). A figura 1 resume os passos do processo de adoção no Brasil.

Figura 1

O processo de adoção no Brasil



O sinal mais evidente da chegada do filho à família que adota é quando o telefone toca e o Fórum dá a notícia de que há uma criança disponível para adoção. Porém, até receber a tão aguardada ligação, a experiência de espera em um tempo incerto, tanto no processo de habilitação

quanto na fila do SNA, é vivenciada pelos adotantes de forma única e é repleta de emoções, com sentimentos próprios em cada etapa da espera pela adoção (Schwochow & Frizzo, 2021).

Para sustentar essa espera (Schettini, 2006; Silva et al., 2022; & Weber, 2011), destaca-se a importância do apoio psicológico e dos Grupos de Apoio à Adoção. Como uma rede de acolhimento, os GAAs são organizações sem fins lucrativos geralmente criadas por pais adotivos que, após o sucesso da adoção, se voluntariam a auxiliar outros adotantes nas etapas de pré e pós adoção (ANGAAD, 2019 como citado em Silva et al., 2022). À medida que a importância dos grupos de apoio foi sendo reconhecida, passaram a integrar essas grupos pessoas interessadas na temática e especialistas, como psicólogos, assistentes sociais, advogados e juizes (Vieira, 2004 como citado em Costa et al., 2011).

Sendo uma forma de apoio contínuo para todas as fases da adoção, os GAAs têm como importante função o suporte emocional aos adotantes por meio de trocas de experiências, construindo uma identificação nas suas dificuldades e compartilhamento de conhecimentos (Schettini et al., 2006). Além disso, há o trabalho de aspectos emocionais ligados à transição para a parentalidade adotiva, a divulgação de conhecimento sobre a legislação e das especificidades dessa filiação e o fortalecimento da cultura de adoção no país, observando como prioridade o direito da criança e do adolescente a ter uma família (Costa et al., 2011). Portanto, os GAAs são um espaço importante de preparo para a adoção e de manejo das demandas emocionais dos pais e dos filhos na chegada e na convivência do dia a dia dessas famílias.

1.2 Dos filhos

De caráter provisório e excepcional, o acolhimento institucional ocorre tanto para crianças e adolescentes que aguardam a possibilidade de reintegração familiar ou a inserção em uma família substituta. Esse ambiente passa a se constituir como um novo lar das crianças e adolescentes, que deve proporcionar a eles vivências semelhantes às do contexto familiar e comunitário, respeitando suas individualidades, exercendo atividades rotineiras, com local para estudos, guarda de objetos pessoais, com ambientes lúdicos típicos às idades, inclusive espaço para recreação ao ar livre (Diniz, Assis, & Souza, 2018). Ademais, estabelecem novas relações com o grupo de crianças e adolescentes já abrigadas e com os funcionários responsáveis da instituição, configurando-se como uma nova rede de apoio social e afetivo (Siqueira & Dell'Aglio, 2006). De um cuidado coletivo, os cuidadores/educadores têm uma importância fundamental nesse contexto, atendendo as necessidades básicas de alimentação, higiene, cuidado e proteção, além de possibilitar à criança e ao adolescente uma qualidade do cuidado e do atendimento, frente ao seu sofrimento pelo rompimento ou separação (Nogueira & Costa, 2005).

Podem ser adotadas crianças e adolescentes com até 18 anos à data da adoção, que os pais sejam falecidos, desconhecidos, desaparecidos, destituídos do poder familiar ou que confirmem, junto ao Poder Judiciário, a intenção de entregar o filho em adoção. Os menores devem ser pelo menos dezesseis anos mais novos do que o adotante e, se tendo mais de doze anos de idade, devem expressar o seu consentimento à equipe técnica ou diretamente ao juiz (ECA, 1990, Art. 39).

A preparação dos pretendentes à adoção tem caráter obrigatório, e, pensando na adoção como uma via de mão dupla, quando há a possibilidade da criança ou do adolescente ser adotado por uma família, há também a necessidade de preparação gradativa das crianças e adolescentes para esse processo, exigida em lei (ECA, 1990, Art. 28, parágrafo 5º). Campanha-Araujo e Nascimento (2022) sugerem que crianças e adolescentes que aguardam pela adoção devem ser informadas sobre as características de sua nova realidade de vida, informações relativas aos pretendentes à adoção, incluindo informações sobre a casa e o ambiente comunitário (Alvarenga & Bittencourt, 2013; Contente et al., 2013 como citado em Campanha-Araujo & Nascimento, 2022).

A história do adotado inclui a sua história pregressa à adoção. Da singularidade de cada criança e adolescente, podemos pensar no que vai preenchendo a “mochila” em que o adotado leva consigo com suas histórias com a sua chegada na família substituta (Alonso, 2012) desde a sua família de origem, até a criação de novos vínculos com cuidadores e crianças/adolescentes no acolhimento institucional. Origens e vivências que podem ser resgatadas em suas memórias, ou, pelo acesso ao processo de adoção que fala da sua origem biológica após completar dezoito anos ou menor, se a seu pedido, assegurada orientação e assistência jurídica e psicológica (ECA, 1990, Art. 48).

Em uma palestra de Suzana Schettini (2020) para Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção (ANGAAD) sobre as demandas emocionais dos filhos por adoção, predomina em sua fala a importância da história de vida da criança e como isso deve ser aceito e incorporado de forma incondicional pelos pais. Schettini (2020) expõe a ideia de que existe uma fantasia de que a adoção de bebês se dá com a chegada de uma história “zerada” para a família substituta, porém, a criança traz em sua bagagem da vida intrauterina inscrições psicológicas, além de uma dupla filiação. Filhos adotivos não nascem no momento da adoção, possuem uma trajetória de vida – curta ou longa – anterior à chegada na família (Alencar, 2011).

Nos casos de adoção de crianças maiores e de adolescentes, há a diferença há recordações mais nítidas de sua vida anterior à adoção, não sendo necessário que os pais adotivos passem pelo momento que para alguns pode ser estressante de “revelar” para o filho sobre como ele chegou na família, mas de poderem validar que ele vem com algo anterior que deve ser integrado na nova dinâmica familiar. Reconhecer, considerar e ter consciência de que há uma história anterior ajuda os pais a estarem mais atentos e compreenderem os sentimentos dos filhos (Vigevani, n.d.).

2. Adoção: início dos novos vínculos⁸

Então, o telefone toca. O histórico de vida da criança é apresentado aos adotantes. Se houver interesse, estes são apresentados, dando início ao período de aproximação, quando são realizados os primeiros contatos entre criança/adolescente e os pretendentes. A etapa seguinte se chama estágio de convivência, quando a criança passa a residir na casa do postulante, e é acompanhada pela equipe técnica da Vara da Infância e da Juventude, que verifica o asseguramento do direito à convivência familiar saudável, como previsto no ECA. Caso seja constatado que a adoção é possível de acontecer de forma adequada, prossegue-se até sua conclusão definitiva (Oliveira, 2021).

Esse é um momento delicado no qual simboliza a desvinculação definitiva da família de origem com a criança/adolescente, a desconstrução de vínculos referentes à instituição de acolhimento, ao passo em que se inicia a construção dos novos vínculos com a família adotiva (Silva et al., 2017 como citado em Machado et al., 2022). Um momento quando o sonho e a realidade se encontram, pois, até aqui, havia apenas a expectativa e o desejo de ser uma família. Agora, um intenso trabalho e dedicação se iniciam para que esses sujeitos encontrem formas de viverem juntos e de se vincularem na sua convivência. Pensando nesse considerável período de mudanças e adaptações e os seus possíveis estressores, ressalta-se a importância de ajuda qualificada, na rede ou por profissionais, no pós-adoção (Penner, 2023).

O programa “Adoção: início dos novos vínculos” atua nesse estágio e foi criado a partir da colaboração entre o Núcleo de Pesquisa e Intervenção em Famílias com Bebês e Crianças (NUFABE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Instituto Fazendo História. O NUFABE trabalha com a temática da adoção desde o ano de 2013, e a construção do programa “Adoção: início dos novos vínculos” se deu pela percepção das dificuldades que se repetiam no apoio às famílias após a chegada das crianças, tendo como propósito auxiliá-las no processo de vinculação dos pais com os seus filhos. Drozd, Bergsund, Hammerstrøm, Hansen e Jacobsen (2018), em uma revisão sobre intervenções para pais adotivos, discutem a tendência da necessidade de acompanhamento às famílias nos primeiros momentos pós-adoção e de maiores informações sobre desenvolvimento infantil e sobre adoção (Burke et al., 2014; Goldberg & Smith, 2009; Harwood et al., 2013; McKay, Ross & Goldberg, 2010; Silva & Benetti, 2015; Suwalsky et al., 2008 como citado em Frizzo et al., 2021b).

Com o objetivo de trabalhar a questão da construção de vínculos e a possibilidade de refletir sobre ser pai e mãe e sobre a mente da criança, a intervenção busca auxiliar ambos os lados, dos pais e dos filhos. Podendo promover bons vínculos no período inicial pós-adoção, acredita-se que o

⁸ Parte desse capítulo consta no Protocolo de intervenção do programa “Adoção: início dos novos vínculos” (Frizzo et al., 2021b).

programa contribuiria de maneira significativa para a satisfação dos pais com a parentalidade adotiva e para a redução do estresse parental, o que, no longo prazo, pode evitar as “devoluções” das crianças, reduzindo estresse tóxico e promovendo um melhor desenvolvimento para elas (Schwochow, Silva & Frizzo, 2019 como citado em Frizzo et al., 2021b).

O programa foi projetado para ser online desde antes da pandemia, o que possibilitou a inclusão de famílias do interior do Rio Grande do Sul e de outros estados do Brasil. As famílias foram recrutadas através da ampla divulgação em redes sociais como *Facebook*, grupos de *WhatsApp* de pais adotivos, grupos de *WhatsApp* de técnicos do judiciário e *Instagram*⁹, além de contatos com as comarcas do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Ao entrar em contato com alguma das divulgações, os participantes preencheram um formulário em que constavam dados sociodemográficos, dados para contato, características de inclusão e exclusão (crianças de 0 a 5 anos, adoção realizada de forma legal), dia e hora de preferência para os encontros. Se o caso estivesse dentro dos critérios de inclusão do projeto, uma das quatro facilitadoras treinadas para aplicar o protocolo entrava em contato através de mensagens do *WhatsApp* para agendar as boas-vindas e a avaliação pré-teste da interação pais-filhos.

Em paralelo às combinações para o primeiro encontro, os pais receberam um link com um *survey* (*Anexo B*) em que constavam o termo de consentimento, características da adoção e os instrumentos, que avaliam a reflexividade parental, saúde mental dos pais, satisfação e estresse parental. Em seguida, foi aplicado ao longo das sessões o protocolo de intervenção do programa (Frizzo et al., 2021b). Ao final de cada sessão, as facilitadoras preencheram o *Checklist* clínico¹⁰ e informações gerais da sessão. Terminado o protocolo, foi agendado um encontro de despedida no qual seria feita uma breve entrevista semiestruturada para avaliar a percepção de satisfação e avaliação pós-teste da interação pais-filhos. Antes dessa sessão de despedida e avaliação pós-teste, os pais responderam um novo *survey* com os instrumentos pós-intervenção e com perguntas abertas sobre a satisfação com o programa. Semanalmente, os casos em condução foram discutidos em um grupo de supervisão coletivo guiado pela professora Dr^a. Giana Frizzo e pela Dr^a. Patricia Santos da Silva. As sessões foram gravadas em vídeo e transcritas pelos alunos de Iniciação Científica.

A equipe de desenvolvimento e implementação do programa era composta por uma professora universitária coordenadora do NUFABE; uma pós-doutoranda; duas doutorandas em psicologia; duas mestrandas em psicologia; uma psicóloga e mestra em psicologia, colaboradora externa do programa do Instituto Fazendo História; e cinco bolsistas de Iniciação Científica. Essa equipe criou um guia de implementação com um material rico, prático, objetivo e de fácil

⁹ <https://www.instagram.com/adocao.vinculos/>

¹⁰ Checklist clínico e informações gerais da sessão (Frizzo, et al., 2021a) - possui questões objetivas e descritivas sobre o caso, tais como faltas, atrasos, qualidade da conexão da internet, reflexividade parental e evolução em cada encontro com a facilitadora

treinamento e aplicação, onde constava um protocolo, baseado no conceito de Função Reflexiva Parental (FRP)¹¹ e em temáticas fundamentais para discussão no período de pós-adoção, que seria seguido pelas facilitadoras com as famílias nas quais aplicavam a intervenção.

Participaram do programa 30 famílias brasileiras de diferentes configurações que adotaram uma ou duas crianças de até 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses (M = 20.87 meses, DP = 19.90), no território brasileiro. No total, 54 cuidadores participaram da intervenção (M = 39.92 anos, DP = 7.42; 55.56% mães;) e a taxa de retenção foi de 100%, ou seja, todas as famílias que iniciaram o programa de apoio foram até o final. A duração do programa para cada família era de seis semanas (figura 2), composta por cinco encontros online dos cuidadores com uma facilitadora que buscava auxiliar os pais em questões singulares da família e nos vínculos. Além disso, ao longo dessas semanas era realizado o envio de sete vídeos psicoeducativos sobre temáticas de grande relevância da adoção pelo aplicativo WhatsApp. As psicólogas criavam um grupo no aplicativo WhatsApp com os membros da família para facilitar o acesso aos vídeos e a comunicação.

Os vídeos continham personagens que representavam diferentes configurações familiares (figura 3) formadas pela adoção e que ilustravam, por meio de suas histórias, mediados pela personagem psicóloga (figura 4) que introduzia os vídeos, situações que estavam passando no período de pós-adoção. No final de cada vídeo, era trazida uma pergunta final para reflexão dos participantes do programa sobre como a temática se relacionava com suas realidades. Os pais respondiam as questões pelo WhatsApp por meio de textos ou áudios e eram resgatadas nas sessões com as psicólogas. As temáticas (figura 4) abordadas nos vídeos enviados para as famílias foram definidas com base na literatura científica sobre a adoção, em pesquisas prévias, na expertise clínica dos integrantes da equipe com famílias no pós-adoção e na teoria da FRP. Consistiam em “Parentalidade adotiva”¹², “Período de acolhimento”¹³, “Comportamento dos filhos (Reflexividade parental)”¹⁴, “Expectativas”¹⁵, “História de vida”¹⁶, “Adoção Interracial”¹⁷ e “Relacionamentos nas famílias adotivas”¹⁸.

¹¹ “O conceito de função reflexiva é de certa forma análogo ao de mentalização e mede a habilidade de um indivíduo de mentalizar (pensamento) e refletir (verbal) (Bammens et al., 2015). Pensando na importância de manter a mente do filho/filha em mente e de refletir tal percepção de forma coesa, desenvolveu-se o conceito de reflexividade parental. A função reflexiva parental é o uso que os pais e mães fazem da mentalização (Slade, 2005) e é um conceito que se manifesta especificamente na relação pais-filhos (Luyten et al., 2017). Em sua forma ideal, ela envolve intimidade, afeto e conexão e comunicação com a realidade do filho/filha e ocorre em uma relação de base segura (Fonagy, 2006)”. (Frizzo et al., 2021b)

¹² <https://youtu.be/lrPH763sIJI>

¹³ <https://youtu.be/sUmfag4AzVg>

¹⁴ https://youtu.be/QX_WbhXmtQA

¹⁵ https://youtu.be/tyk24ndx_bQ

¹⁶ <https://youtu.be/yD4EowqzzLI>

¹⁷ https://youtu.be/Ijs_2D46rzo

¹⁸ https://youtu.be/l_6qnBPWfa0

Nas sessões com os pais, as temáticas dos vídeos eram resgatadas para debate e também eram questionados as principais dificuldades que a família estava percebendo nesse período para eles poderem refletir juntos com a psicóloga sobre a situação. O foco das intervenções da facilitadora para promover a reflexividade parental nesses encontros era realizar questionamentos e pequenas provocações que aumentem o interesse dos pais nos estados mentais do filho (Allen & Fonagy, 2006 em Frizzo et al., 2021b). Por exemplo, “O que será que ele sentiu naquele momento?”, “Fiquei me perguntando o que será que ele pensou/sentiu quando essa questão ocorreu”, “Vamos pensar juntos agora! O que você imagina que ele tenha pensado/sentido naquela hora?”.

A partir do estudo piloto realizado em 2021, os resultados preliminares, que podem ser conferidos no Relatório de Conclusão de Projeto do Portfólio FOI (Frizzo, 2022), indicam uma melhora no vínculo pai-criança e mãe-criança, além da diminuição de estresse, especialmente nas famílias que realizaram adoções interracialis. Ademais, fora produzido um vídeo¹⁹ com depoimentos bastante comoventes por parte da equipe do programa e de alguns pais e mães que participaram do estudo piloto.

2.1 Considerações éticas

Esse projeto seguiu os princípios éticos da pesquisa com relação à proteção dos direitos, bem-estar e dignidade dos participantes, como apontado na resolução 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto “Adoção: início dos novos vínculos” (Frizzo et al., 2020) foi aprovado pelo Comitê de Ética da UFRGS (CAAE 26273119.5.0000.5334 - Anexo A).

¹⁹ <https://youtu.be/mjuCHXq1OKU>

Figura 2

Fluxograma da organização das seis semanas do programa de apoio



Figura 3

Personagens criados para a realização dos vídeos enviados para as famílias participantes do programa.



Figura 4

Fluxograma da ordem dos conteúdos dos vídeos enviados às famílias



3 Discussão de caso

3.1 Procedimentos

Para guiar a minha escrita, foi feito o estudo de caso único de uma família participante do programa “Adoção: início dos novos vínculos”, a qual pude acompanhar diretamente. Esse caso foi escolhido pela grande riqueza de material, que fornece boas oportunidades de aprendizado (Stake, 2006) inerente ao conteúdo específico da história dessa família e será percorrido por meio de temáticas e vinhetas. Ademais, posso afirmar que essa foi a família que mais me mobilizou ao longo da minha experiência como bolsista de iniciação científica no programa — pela sensibilidade dos pais, pela simpatia da bebê, que participava com seus grunhidos ao longo das sessões, e por toda a bagagem de história de cada integrante da família. É importante ressaltar que, das diversas temáticas possíveis de serem discutidas neste trabalho, optei por aprofundar do que diz das histórias dos integrantes da família, principalmente da criança — a história da família, a espera dos pais até o encontro, a história pregressa da criança, como falar sobre a adoção e a integração dessas histórias. Para fins de descrição, empregou-se nomes fictícios para os integrantes da família.

3.2 Instrumentos

Sessões síncronas com a família — Utilizou-se a transcrição literal do conteúdo verbal das sessões, a fim de resgatar a história da família e para fazer o recorte de vinhetas.

Survey Pré-Intervenção — Utilizado para obtenção dos dados sociodemográficos dos cuidadores participantes e informações sobre o processo de adoção, efeitos da pandemia e sobre saúde mental²⁰ (Anexo B).

3.3 Análise do caso

Foi feita a leitura exaustiva das sessões síncronas com a psicóloga e a família a fim de se fazer o resumo do caso e derivar as partes mais específicas relacionadas ao que fazia referência à história da adoção, priorizando a história pregressa da criança. Num primeiro momento, será apresentada as características gerais da família e sobre o seu processo de adoção. Em seguida, foram selecionadas categorias mais específicas no que diz respeito à espera dos pais pela filha e os sentimentos que acompanharam esse período. Posteriormente, será abordada a história de vida

²⁰ Para o presente estudo foram utilizados apenas os dados sociodemográficos dos integrantes da família respondidos no survey. Para divulgação, as informações sobre a saúde mental dos cuidadores foram coletadas pelo Questionário de Função Reflexiva Parental (Luyten et al., 2017); Inventário de Percepção da Vinculação Materna (Boeckel et al., 2011; Muller, 1994); Escala de Estresse Parental (Berry & Jones, 1995; Brito & Faro, 2017); Questionário de saúde mental (PHQ-9) (Kroenke et al., 2001; Santos et al., 2013); e Questionário de saúde mental (GAD-7) (Moreno et al., 2016; Spitzer et al., 2006).

pregressa da bebê, trabalhando a questão da troca do nome realizada na sua chegada na família. Em seguida, será abordado o falar sobre a adoção e, por fim, a integração das histórias da filha e dos pais na adoção.

3.3.1 A família da Aurora

Se inscreveram no programa a mãe, Flora, 32 anos, e o pai, João, 28 anos na época. O casal estava junto há oito anos e desde sempre haviam pensado na adoção como via de parentalidade preferencial. Assim que compraram o seu apartamento, deram entrada no processo de habilitação de adoção do seu primeiro filho. Como não havia um número suficiente de pretendentes para a realização do curso preparatório na cidade do interior do estado em que viviam, aguardaram pouco mais de um ano para serem chamados, junto de outros postulantes de cinco cidades vizinhas. O processo de habilitação durou dois anos, e a espera na fila do SNA foi de quase três anos, totalizando aproximadamente cinco anos até a chegada da sua filha **Aurora**.

No que tange às características da criança preenchidas no cadastro para adoção, baseado nas experiências, no diálogo e no entendimento dos limites da família, Flora e João haviam decidido²¹ pela faixa etária de 0 a 8 anos, sem irmãos, com restrição, num primeiro momento, apenas para crianças cadeirantes — como o pai é deficiente físico com dificuldade de mobilidade, embora já não utilizasse mais cadeira de rodas, eles sabiam da falta de adaptação da casa e das dificuldades que a criança poderia ter no seu dia a dia a partir dessa situação. Após a mãe ter iniciado o curso técnico em enfermagem, decidiram restringir ainda mais, excluindo todas as doenças e deficiências das características da criança. Não havia histórico de adoção na família de ambos.

Quando estavam se organizando para a renovação da habilitação²², o telefone tocou e a assistente social informou ao casal que havia uma menina disponível dentro das características escolhidas por eles para a adoção. Os pais aceitaram na hora. Por meio de um pedido de urgência do juiz, o contato foi realizado numa sexta-feira, na quarta-feira conheceram a Aurora e na quinta-feira ela já havia chegado na casa da família²³.

Aurora vem com 10 meses de idade. Nascida com 37 semanas, sua genitora a deixou no hospital desde o seu primeiro dia de vida. Pela caderneta de vacina, Flora identificou que a bebê teria ficado três meses internada no hospital. Depois do hospital, ela morou por sete meses em um abrigo municipal da capital até ser transferida para a cidade do casal. Nos primeiros quinze dias do estágio de convivência, a família foi acompanhada de forma online pelo Fórum; após esse período,

²¹ A partir dos dados que foram compartilhados pelos pais durante o programa.

²² A habilitação dos pretendentes tem a validade de três anos e deve ser renovada até o seu vencimento. (Resolução n. 289, Art. 2, 2019)

²³ O processo de aproximação pode durar mais tempo. O motivo dessa urgência não foi explicado, apenas compartilharam que teria sido por causa da pandemia e por ela “ser novinha” (Flora).

a mãe informou que precisavam atualizá-los de tempos em tempos com fotos de Aurora e breves mensagens.

A mãe participava de grupos de apoio à adoção no Facebook e foi por uma postagem nesta rede social que encontrou a divulgação do programa “Adoção: início dos novos vínculos”. Flora se sentiu tocada pela temática, compartilhou a ideia com o marido, que também teve interesse, e, por estarem dentro do perfil requisitado, realizaram a inscrição. É importante ressaltar que quando o casal estava no auge da adaptação com a filha, ou seja, pouco mais de um mês da chegada de Aurora, é que se inscreveram para participar do programa. A bebê veio à família em meados de maio, e o primeiro contato com a psicóloga ocorreu em meados de junho do mesmo ano. Ficou evidente ao longo das seis semanas de acompanhamento, na fala e nas atitudes dos pais, toda a sensibilidade, o cuidado e a preocupação com a filha e com a formação dos vínculos nesse processo de criação dos laços afetivos. Destaca-se a real adesão da família ao programa.

3.3.2 O caminho da espera

Como mencionado, a espera de Flora e de João até a chegada de Aurora durou em torno de cinco anos. À medida que o tempo passava, o sentimento de desesperança se fazia presente. Ao serem questionados pela psicóloga sobre quando receberam a notícia de que havia uma criança disponível para adoção, o pai compartilhou seu sentimento na espera:

Ah, foi, não tem nem palavras pra falar, só sentir naquele momento, é inexplicável, porque, querendo ou não, já tinha cinco anos, cinco anos, você acaba perdendo aquela esperança. Ah, você fala “acho que não vai pra frente”. Aí, você vê na TV, casal que é rico, consegue tudo mais rápido, então, você fala “ah, não vai dar certo” e, quando ela [assistente social] falou que tinha a menina, foi, sei lá, parecia que, não sei explicar, parecia que era final de ano, que tava explodindo um monte de rojão dentro de mim. (Pai).

O relato do pai sobre a perda de esperança nessa incerteza de quando a criança chegaria para a família vai ao encontro do resultado do estudo de Schwochow e Frizzo (2021) que buscou compreender os sentimentos dos adotantes na espera durante o processo de habilitação à adoção e na fila do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). Realizado com quatro mulheres que estavam aguardando na fila do SNA num período menor de um ano, o estudo trouxe como resultados os sentimentos de apreensão, frustração, dor e morosidade na etapa de habilitação à adoção; e esperança — conectada a tranquilidade e ocupação do tempo de espera com objetivo de sentir-se bem durante o processo — e desesperança — em função das frustrações, da dor e da descrença sobre a entrada da criança na família e ao fim da espera — na fila de espera no SNA.

Dessa forma, trata-se de um período estressante que afloram emoções complexas, cheio de incertezas, como se verifica no relato de João.

Em razão da falta de marcadores temporais na transição para a parentalidade (Sandelowski et al., 1991 citado por Schwochow & Frizzo, 2021), o adotante espera o seu filho na sua ausência, não tendo a segurança de que ele realmente chegue à família e sem possuir sinais de sua presença física, como ocorre na gravidez (Weber, 2011). Ademais, nesse caso, a ampla faixa etária designada pelos pais de Aurora dificultou a preparação para chegada da filha, afinal, não sabiam se teriam um bebê ou uma criança maior de até oito anos. Ao longo dos anos de espera, haviam comprado apenas um guarda-roupa branco e, ao receberem a notícia da disponibilidade de Aurora, os pais agilizaram a preparação do quarto da bebê. Nessa corrida contra o tempo, tiveram o apoio de familiares (as avós materna e paterna, o avô paterno de Aurora e a irmã de Flora) e receberam muitas doações dos colegas de trabalho de João, que compartilhavam da sua alegria com a chegada da filha: “Aí, você chega no outro dia pra trabalhar e tava todo mundo perguntando, aí você fala: “Oh, essa aqui é minha filha” (Pai)”.

3.3.3 A história da Aurora

Os pais tinham poucas informações sobre a história pregressa da filha. Sabiam que sua genitora havia a deixado no hospital desde o seu primeiro dia de vida, que a bebê nasceu com 37 semanas, ficou internada no hospital por três meses e morou por mais sete meses em um abrigo na capital do estado. Além disso, recebeu primeiramente um outro nome. João e Flora compartilharam conosco que “Leli” foi o seu primeiro nome, porém, decidiram trocar e chamá-la de Aurora ao chegar na família, muito pelo significado por trás desse nome²⁴.

Embora a questão da troca do nome não tenha sido trabalhada em sessão, podemos pensar nos possíveis impactos dessa mudança. Essa troca não implica no apagamento da história da criança, uma vez que Aurora ficou por meses sendo reconhecida e chamada por Leli. O nome anterior escolhido fala de uma marca deixada pela família de origem que, muitas vezes, torna-se um único traço concreto, a única pista sobre a origem da criança quando esta chega à instituição e à família substituta (Alencar, 2011). Dessa forma, os nomes carregam algo da história da criança, do lugar em que ela foi desejada. Além disso, deve-se tomar cuidado sobre essa alteração em crianças que estão no processo de construção do seu psiquismo, pois se já se reconhecem pelo nome que têm, dependendo de como essa mudança é feita, pode gerar confusão para elas.

²⁴ Por se utilizar de nomes fictícios, me apeguei aos significados atribuídos pelos pais. Aurora significa uma claridade visível no céu antes do nascer do sol e que indica o começo do dia. João comentou sobre uma fala da avó paterna de que a neta deu luz onde estava escuro, então, achei conveniente essa adaptação.

A escolha do nome pode estar associada a expectativas, referências e, até mesmo, questões transgeracionais na família. Por isso, mais do que uma simples denominação, o nome que a criança porta faz parte da sua história. Essa troca não implica no apagamento da história da criança, mas sim no momento em que se marca o que se modificou e dá abertura para a história futura da criança. Diz da origem, do grupo a que pertence, das diferenças e do que lhe é próprio. Aurora, como um significado do amanhecer, de “dar luz aonde estava escuro”, vai ao encontro da fala de João sobre as expectativas e as transformações que a bebê significou para essa família: “Eu tenho uma frase que eu escutei da minha mãe falando que a Aurora [nome fictício] **ela veio pra dar luz aonde estava escuro**. Porque ela mexeu com todo mundo... Todo mundo, meu pai, minha mãe...” (Pai).

É de grande importância que essas mudanças sejam contadas à criança e, se possível, sejam explicados os motivos, de forma a integrar o passado ao presente da criança. Chamar alguém por um nome é dar a essa pessoa um lugar singular, mostrando para ela que ela é diferente dos outros e os outros são diferentes dela. Desse jeito, quando possível, sugere-se continuar chamando-a da mesma maneira como ela era chamada antes do acolhimento, para que possa carregar consigo seu senso de existência (Alencar, 2011). Muitas famílias mantêm o primeiro nome e acrescentam um outro escolhido pelos pais, fazendo assim, um nome composto que manifesta a união dessas histórias. Para além do nome, existem outros aspectos que fazem com que essa criança possa se identificar com a nova família, como por exemplo a criança ter trejeitos parecidos com os dos pais, passar a torcer por um mesmo time, falar de um jeito parecido.

3.3.4 Como falar sobre a adoção?

Após o envio do vídeo referente à história de vida da criança, a temática de contar sobre a adoção foi trabalhada em sessão. Os pais ainda não haviam pensado em como iriam introduzir para Aurora a questão da adoção, o que os causava insegurança, mas estavam de acordo que isso não seria um segredo:

Ah, eu queria saber desde o começo, né? (...) Porque o pessoal daqui todos sabem, aí pode ter uma criancinha e chegar “ah, você não é filha dela”, aí, se ela não saber, como ela vai ficar, chegar aqui perguntar “mãe, me falaram que você não é minha mãe”. (Mãe).

É, também, [saber] desde o começo, pra não ter aquele baque de chegar aos dezesseis, dezessete anos e acabar descobrindo por si só e ter aquele...aquele baque. (Pai).

Flora comenta que era de interesse dela logo começar a abordar essa temática e que lia nos grupos de apoio à adoção que participava no *Facebook* de que a filha, na sua idade, não entenderia muito bem a questão da adoção, mas que poderiam utilizar a contação de histórias sobre adoção como uma ferramenta de apoio para a introdução do assunto. Já o pai, contrariando um pouco sua

fala anterior, mais inseguro, diz que não gostaria de introduzir esse tema para filha tão cedo, pois não gostaria de “colocar uma coisinha na cabeça dela que ela não possa... (Pai)”. Ele não continuou a sua fala, mas, pelo contexto, entende-se que ele ainda não gostaria de abordar esse tema com a filha pelo receio dela não conseguir sustentar essa “revelação” de uma história anterior, que talvez para o pai seja difícil de falar.

Durante muito tempo, a questão da adoção esteve pautada na dúvida do “contar ou não contar” (Hartman, 1994). Entretanto, atualmente, pelo acesso a estudos e ao conhecimento sobre o impacto que mentir e omitir a origem pode prejudicar o desenvolvimento da criança e o processo de vinculação na nova família (Vigevani, n.d.), essa questão ganhou outras formulações: Quando contar? Como contar? O que contar?

Não deve-se esperar a criança ter a iniciativa de perguntar sobre o assunto. Weber (2011) aponta que a melhor forma de acontecer a conversa sobre a adoção é desde sempre, adequando a fase de vida, a compreensão do filho e tornando essa questão algo naturalizado, não tendo o caráter de “revelação” feito de uma só vez, garantindo o livre acesso à conversa quando for da vontade deles falar sobre a adoção. Os pais devem ser honestos e deixar o filho explorar suas origens e fazer perguntas a respeito. Isso não significa compartilhar detalhadamente informações que a criança ou o adolescente não é capaz de compreender ou entender o porquê, mas sim construir um canal aberto de diálogo sobre a adoção. Falar da adoção pode ser simplesmente contar onde nasceu, os lugares que viveu, as pessoas que cuidaram amorosamente dela, as sutilezas prazerosas da sua rotina antes da adoção.

No caso de bebês e de crianças pequenas, falar sobre a adoção desde cedo vai ajudar a criar a sensação de que ela sempre sabia, não sendo necessário haver o dia da “revelação”, pois foi algo que o filho foi desde sempre tendo acesso, entendendo e internalizando. Por volta dos 3 ou 4 anos as crianças começam a se interessar espontaneamente pelas suas origens, e muitas dúvidas podem surgir e é importante que os pais estejam juntos com a criança nessa jornada de interesse sobre a sua história, oferecendo espaço ao diálogo. Ademais, conforme vão ficando mais velhas, as crianças vão formulando sentidos novos e cada vez mais complexos, que exigirão novas perguntas e também outras respostas. Por mais que não se saiba a resposta, uma resposta que demonstre interesse e vontade de se ter uma procurar alguma resposta é mais reconfortante do que o silêncio ou a negação em relação às dúvidas.

Com frequência, filhos adotivos que não conseguem falar, perguntar e ter curiosidade sobre a sua origem e a sua adoção, podem ter pais que também não falam a respeito do tema de forma natural, o que pode ser interpretado pela criança que esse é um assunto que não pode ser conversado. Afinal, se as pessoas que a criança mais confia evitam algo dessa natureza, podemos pensar em uma quebra de confiança, caso a sua origem possa ser interpretada como algum

problema. O ser humano define-se a si mesmo pelo desenvolvimento de uma narrativa e ter a adoção como um assunto proibido, censurado, pode impactar na construção dessa narrativa, caso o diálogo sobre a adoção seja excluído das conversas e da vida da família (Hartmann, 1994).

Não sendo positivo e possível esquecer essas vivências, pois a criança não inaugura sua história de vida ao entrar numa família pela via da adoção, é importante acolher as dúvidas dos filhos com uma atitude amorosa e aberta. Hartman (1994) aponta sobre a questão de que em vez de tensionar o relacionamento, a participação dos pais adotivos que são companheiros ativos de procura sobre a sua história no movimento de auxiliá-los a compreender sobre sua origem aos adotados, une-os ainda mais.

Cada pai e mãe deve encontrar o seu modo de ir narrando a história sobre as origens para seu filho, condizente com a idade da criança, adequando sua linguagem e à cultura familiar. No caso da família da Aurora, uma bebê de um ano de idade, os pais poderiam utilizar a palavra “adoção” para que a filha se familiarizasse com o termo, não sendo necessário que esse assunto seja tratado a todo momento, pelo contrário, pois, conforme conversado em uma das sessões pela psicóloga, seria prejudicial, mas algo que vá sendo inserido aos poucos na relação diária, tendo em vista que é um tema que acompanhará toda a vida da família. Além do uso de livros infantis que falem sobre a temática, como Flora comentou para nós que havia visto no grupo de apoio à adoção no Facebook, podemos pensar em recursos que já estão disponíveis na família para auxiliar os pais, como veremos no próximo capítulo.

3.3.5 Os frutos desse encontro

Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por admirá-la,
isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.
Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por ela, isto é,
velar por ela, isto é, estar acordado por ela, isto é, estar por ela
ou ser por ela.

Antônio Cícero

Como o programa foi realizado de forma online, as famílias “abriram” gentilmente as suas casas para conversarem com a nossa equipe, o que possibilitou o acesso à singularidade do lar de cada família. Na casa da família da Aurora, por exemplo, a pintura de uma árvore cheia de flores e borboletas se destacava na parede da sala. Nela, constavam fotos dos pais e de parentes com quem tinham um maior vínculo. Ao serem questionados sobre a pintura pela psicóloga, Flora respondeu que seria uma árvore como a “árvore genealógica”, que simbolizava a família. Ela foi pintada por

ela e por sua irmã bem antes da chegada de Aurora, forma que a família encontrou para ir germinando e cultivando o amor na espera pela criança: “Nossa, eu ia dizendo, “vou deixar umas partes vazias, porque, aí, quando chegar ela, a gente tira foto e já (colocamos as fotos dela)...” (Mãe).

O processo de tornar-se pai e mãe é um longo percurso que se inicia muito antes da chegada do filho (Zornig, 2010). Ao olharem para a pintura todos os dias, talvez já pudessem ir imaginando esse/a filho/a e mostrar que ele/ela já tinha um lugar especial na vida dessa família antes mesmo de ser conhecida, como alvo do investimento de desejo, de conversa e de amor. Dessa pintura que coloria e decorava a casa, trazendo vida à filha antes mesmo da sua chegada, podemos pensar no período em que Aurora recebia outros cuidados. Schettini (2015) comenta sobre um outro tempo da criança, principalmente na primeira infância, e faz uma analogia com as sementes, que necessitam encontrar um solo fértil para se desenvolver. No caso das crianças, esse solo fértil é um ambiente familiar acolhedor, que proporciona os “nutrientes” necessários para o seu desenvolvimento. Aurora chega em um ambiente disposto a cuidar dela, a atender às suas necessidades com paciência e afeto e a respeitar o seu ritmo na formação desses novos vínculos.

A pintura da árvore carrega um poderoso significado e pode ser utilizada como recurso tanto para o diálogo sobre a adoção quanto para integrar essa história como parte da história da família. Os pais estavam aguardando o aniversário de um ano de Aurora para revelar e inserir a primeira foto da filha na árvore e deixar registrado na parede o fruto desses cinco anos de espera. A psicóloga sugeriu ainda que colocassem outras fotos que registram esse encontro: quando se conheceram no abrigo, o primeiro colo, quando estava indo para a casa com os pais, seu primeiro contato com a Mel, a cachorrinha da família.

Valer-se de recursos que não deem a sensação de “revelação” pode auxiliar tanto pais quanto filhos na naturalização da história de origem. Nesse início dos novos vínculos, preencher essa árvore, utilizando recursos que já estavam disponíveis na família e que faziam sentido para eles, indica um marco inicial para a história dessa família. Além disso, o uso da fotografia estimula os sujeitos a lembrar e a trazer detalhes para narrativa que de outra forma teria sido difícil de se resgatar (Alonso, 2012). As fotos poderiam os auxiliar a contar como foi conhecê-la, o quanto estavam esperando por ela e que por mais que não tivessem uma foto da Aurora na barriga da mãe, seu vínculo havia sido construído de outras formas. Há uma literatura que propõe a confecção de um álbum de fotografias (Instituto Fazendo História, 2008; Schwochow, 2022) que conte e registre a história do filho, com temas importantes adequados a sua fase de vida, que fale de seu presente, passado e futuro. “A elaboração do álbum é um presente para o bebê, que terá registrados momentos importantes de sua vida, podendo ter acesso a eles sempre que quiser saber mais sobre sua infância” (Instituto Fazendo História, 2008, p. 87).

Considerações Finais

Este trabalho abordou questões que dizem respeito aos caminhos que antecedem e fazem parte do processo da adoção até a chegada da criança ou do adolescente na família e a construção dos novos vínculos. A adoção apresenta questões comuns aos adultos que escolhem a adoção como via de parentalidade e às crianças e aos adolescentes que aguardam por uma família substituta, mas buscou-se mostrar também a singularidade desses encontros a partir da discussão do caso da família da Aurora.

No caso estudado, sobressai-se o papel transformador que Aurora representou nessa família e a apropriação de João e Flora da sua parentalidade. Durante as sessões, João e Flora se mostravam muito sorridentes, eram acolhedores e passavam uma tranquilidade nas suas falas. Respeitavam o ritmo da filha na brincadeira e respondiam atentamente aos seus grunhidos e pedidos de atenção. Compartilhavam e refletiam sobre questões pessoais que vieram à tona com a parentalidade, mexendo com inseguranças, medos, receios que nem imaginavam que teriam. Além disso, celebraram conosco conquistas da filha ao longo dessas seis semanas: os seus primeiros passos, quando ela conseguiu comer comidas mais sólidas e, um grande presente que foi muito aguardado pelos pais, quando ela falou para eles pela primeira vez “papá” e “mamã”.

Eram perceptíveis a boa vinculação desses pais com a filha e a existência de um ambiente que se mostrava realmente disposto e flexível a receber um filho tanto no plano do pensamento e desejo dos pais quanto nas pistas evidentes dessa espera — a pintura da árvore e a estrutura da casa que aguardava tranquilamente a chegada de um bebê de zero meses até uma criança de oito anos. Esses pais nos mostraram que não importava quem chegaria, ele/ela já tinha seu espaço reservado para receber o amor dessa família. Foi um prazer percebê-los florescendo enquanto pai, enquanto mãe, enquanto filha e enquanto família.

A escrita de um relato de caso exige a escolha do que se enfatizar, declinando outros múltiplos caminhos que poderiam ser seguidos para a sua compreensão. A leitura exaustiva do caso e a minha participação como bolsista de iniciação científica no estudo piloto me permitiu imaginar outros estudos possíveis provenientes do compartilhamento de histórias dessa e das outras 29 famílias que participaram do programa. São histórias singulares, comoventes, que no encontro com a psicóloga e no envio dos vídeos repercutiram de maneira única para cada família. As trocas e os dados coletados no programa podem proporcionar diversos trabalhos de conclusão de curso, dissertações, artigos, livros e documentários. Minha tentativa de trabalhar com cuidado e atenção uma parte da história da família da Aurora diz muito da gratidão que foi ter cruzado o meu caminho com Flora, João e Aurora no ano de 2021.

Por fim, ressalto a importância dos programas de apoio às famílias adotivas no momento posterior à chegada do filho, pois eles ajudam aos pais refletirem, compartilharem suas dúvidas e seus desafios da parentalidade nesse momento tão fundamental da criação dos vínculos. Os programas de apoio são espaços de suporte para que não se sintam isolados, podendo ser acompanhados por profissionais que os escutem atentamente e com carinho, que os acolham com suas palavras e que possam os amparar com seus conhecimentos. A partir desse espaço de troca e apoio, temos como objetivo maior o direito da criança e do adolescente a ter uma família disposta a cuidá-los e criá-los com amor.

Referências

- Alencar, R. (Coord). (2011). O acolhimento de bebês: práticas e reflexões compartilhadas. São Paulo: Instituto Fazendo História. <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/03/acolhimento-de-bebes.pdf>
- Alonso, E. (2012). Proceso de Construcción de una Familia Adoptiva: Relato de dos familias. *Papers infancia_c*, 2, 1-25. https://www.infanciacontemporanea.com/documentos/papers/papers_Infancia_c_alonso2012.pdf
- Arpini, D. M., & Narciso, I. S. B. (2018). Reflexões sobre filiação adotiva: avanços e desafios no Brasil e em Portugal. *Mudanças - Psicologia da Saúde*, 26(1)45-50. <https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v26n1p45--50>
- Campanha-Araujo, I. C., & Nascimento, C. R. R. (2022) A Construção do Projeto Adotivo em uma Via de Mão Dupla. *Psicologia em Estudo*. 2022, v. 27 e48853. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v27i0.48853>
- Costa, L. T. M., Sasson, M. D. H., Bronislavski, T., Tibola, V. B., & Kemmelmeier, V. S. (2011). Grupo de apoio a pais na fila de espera da adoção. *Revista Conexão UEPG*, 7(2), 240-245. <https://revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/3722>
- Diniz, I. A., Assis, M. O., & Souza, M. F. S. de. (2018). Crianças institucionalizadas: um olhar para o desenvolvimento socioafetivo. *Pretextos - Revista Da Graduação Em Psicologia Da PUC Minas*, 3(5), 261-285. <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15978>
- Estatuto da Criança e do Adolescente, Pub. L. No. 8.069 (1990). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- Fonseca, A. C. L. (2015). *Direitos da criança e do adolescente*. Editora Atlas.
- Frizzo, G. B., Silva, P. S. da, Macheimer, R. S., Naddeo, L., & Lauryn, E. (2021a). Checklist clínico e informações gerais da sessão.
- Frizzo, G. B., Macheimer, R. S., Silva, P. S. da, Naddeo, L., Lauryn, E., Guedes, L., & Machado, M. S. (2021b). Protocolo de intervenção do programa “Adoção: início dos novos vínculos”.
- Frizzo, G.B. (2022). Relatório de Conclusão de Projeto do Portfólio FOI:Uma Ferramenta para a Iteração de Ciclo Rápido e Aprendizagem Compartilhada.

<https://feeng.any3.com.br/Portal/Transparencia/DocumentoArquivoDownload?q=SWREb2N1bWVudG9BcnF1aXZvPTQ5MDAw0>

Hartman, A. (1994). Segredos na adoção. In E. Imber-Black (Org.). Segredos na Família e na Terapia Familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, pp. 94-112.

Hueb, M. F. D. (2016). Acolhimento institucional e adoção: uma interlocução necessária. Revista da SPAGESP, 17(1), pp. 28-38.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702016000100004&lng=pt&lng=pt

Imber-Black, E. (1994). Os segredos na família e na terapia familiar. Porto Alegre: Artes Médicas.

Instituto Fazendo História. (2008). Fazendo minha história: Guia de ação para abrigos e colaboradores. São Paulo: Autor.
<https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/56bcc5567da24f4faa269479/1455211873350/guiafmh.pdf>

Levinzon, G. K. (2006). A adoção na clínica psicanalítica: o trabalho com os pais adotivos. Mudanças - Psicologia Da Saúde, 14(1), pp. 24-31.

Machado, M. S., Machemer, R. S., Schwochow, M. S., Silva, P. S., & Frizzo, G. B. (2022). Adoção de crianças no Brasil: (re)visando conceitos. In S. J. L. Vasconcelos e V. M. Lago (orgs.), A psicologia jurídica e as suas interfaces: um panorama atual. pp. 83-106. Santa Maria: Editora UFSM.

Nabinger, S. B. (Org.). (2010). Adoção: o encontro de duas histórias. Santo Ângelo: FURI.
http://cededica.org.br/z_site_antigo/downloads/Manual_adocao.pdf

Nogueira, F. (2011). Entre o singular e o coletivo: o acolhimento de bebês em abrigos. São Paulo: Instituto Fazendo História.
https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/56bcc65622482e51302a2530/1455212122762/entre_o_singular_e_o_coletivo.pdf

Nogueira, P. C., & Costa, L. F. (2005). A criança, a mãe social e o abrigo: limites e possibilidades. Journal of Human Growth and Development, 15(3), 36-48.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822005000300005&lng=pt&lng=pt

Nunes, M. I. S. (2008). *Desafios Familiares: Parentalidade adotiva e parentalidade biológica* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/706/1/17628_Dissertacao_de_Mestrado_Des_Familiares.pdf

Oliveira, L. C. S. D. de, & Maux, A. A. B. (2021). O estágio de convivência em casos de adoção: uma compreensão fenomenológica. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 27(3), pp. 306-315.
<https://dx.doi.org/10.18065/2021v27n3.5>

Penner, J. (2023). *Post-Adoption Service Provision: A Scoping Review*, *Adoption Quarterly*.
<https://doi.org/10.1080/10926755.2023.2176957>

Resolução Nº 289 de 14/08/2019 (2019). Dispõe sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2976>

Riede, J. E., & Sartori, G. L. Z. (2013). Adoção e os fatores de risco: do afeto à devolução das crianças e adolescentes. *Perspectiva*, 37(138), 143-154.
http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/138_354.pdf

Schettini, S. S. M. (2015). A atitude adotiva. Palestra proferida no I Congresso Nacional de Adoção on line - CONADOTE.

Schettini, S. S. M. (2020, Maio 30). As demandas emocionais dos filhos por adoção por Suzana Schettini [Arquivo de vídeo]. Recuperado de https://youtu.be/yw23_RAJU-Y

Schettini, S. S. M., Amazonas, M. C. L. de A., & Dias, C. M. de S. B. (2006). Famílias adotivas: identidade e diferença. *Psicologia Em Estudo*, 11(2), 285–293.
<https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000200007>

Schreiner, G. (2004) *Por uma cultura da adoção para a criança?: grupos, associações e iniciativas de apoio à adoção no Brasil*. São Paulo: Consciência Social.

Schwochow, M. S. (2022). *Da pesquisa à intervenção familiar: transformando histórias de adoção* (Tese de doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/221333/001126125.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Schwochow, M. S., & Frizzo, G. B. (2021). Mulheres em espera pela adoção: sentimentos apresentados nas diferentes etapas desse processo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41 (n.spe 3), e201165, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003201165>

Silva, P. S., Machado, Schwochow, M. S., Macheimer, R. S., Santos, A. T. R., Chaves, V. P., & Frizzo, G. B. (2022). (Re)construindo vínculos: relato de experiência de um grupo de apoio à adoção. *Revista da SPAGESP*, 23(1), pp. 175-190. <https://dx.doi.org/https://doi.org/10.32467/issn.2175-3628v23n1a14>

Silva, P. S., Schwochow, M. S., Resmini, G. de F., & Frizzo, G. B.. (2020). Critérios para Habilitação à Adoção segundo Técnicos Judiciários. *Psico-usf*, 25(Psico-USF, 2020 25(4)), p. 603–612. <https://doi.org/10.1590/1413/82712020250401>

Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D.. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(Psicol. Soc., 2006 18(1)), 71–80. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100010>

Soares, T. C. B. (2021). Preparação de crianças e adolescentes para adoção: estudo de caso. *Vínculo*, 18(3), 74-85. <https://dx.doi.org/10.32467/issn.19982-1492v18nesp.p414-434>

Stake, R. (2006). *Multiple Case Study Analysis Research methods*. New York: Guilford Press.

Vigevani, D. de C. (Coord.). (n.d.). *Histórias cruzadas*. São Paulo: Instituto Fazendo História. https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/56f2fea101dbaef178cfffba/1458765511633/histo%CC%81rias+cruzadas_v2.pdf

Weber, L. N. D. (2011). *Adote com carinho: Um manual sobre aspectos essenciais da adoção*. Curitiba: Juruá

Weber, L. N. D. (2014). *Aspectos Psicológicos da adoção*. Curitiba: Juruá

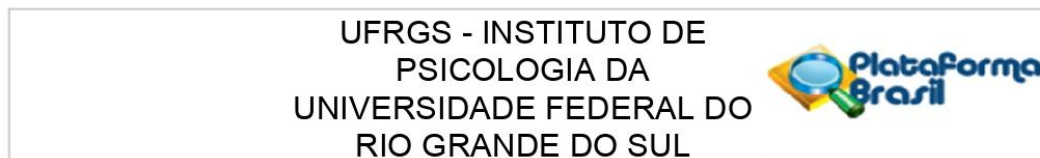
Zeanah C.H., Nelson C.A., Fox N.A., Smyke A.T., Marshall P., Parker S.W., Koga S. (2003) *Designing research to study the effects of institutionalization on brain and behavioral development: the Bucharest Early Intervention Project. Dev Psychopathol.* <https://doi.org/10.1017/s0954579403000452>

Zornig, Silvia Maria Abu-Jamra. (2010). Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. *Tempo psicanalítico*, 42(2), pp. 453-470.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000200010&lng=pt&lng=pt

Anexos

Anexo A



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Adoção: início dos novos vínculos

Pesquisador: Giana Bitencourt Frizzo

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 26273119.5.0000.5334

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFRGS

Patrocinador Principal: FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.764.109

Apresentação do Projeto:

O programa caracteriza-se como uma intervenção para promoção de vínculos entre pais, mães e crianças de até seis anos de idade no período de até um ano pós adoção. Os casos devem ser recrutados pela internet, através de indicação ou de grupos de apoio para adoção. A intervenção terá duração de aproximadamente dois meses, contando com um encontro de pré-intervenção, uma sessão via videochamada com psicóloga, quatro envios de vídeos durante duas semanas, uma videochamada com psicóloga, quatro novos envios de vídeos e um encontro de avaliação no pós-intervenção através de uma videochamada com psicóloga. Todas as sessões serão por videoconferência. Portanto, o programa será todo online. O foco principal será em auxiliar os pais na adequação de suas expectativas à realidade das crianças adotivas.

Na intervenção inicialmente será feito uma primeira sessão on-line com a família, a fim de definir o foco da intervenção e a forma de funcionamento do programa de intervenção. Na sequência será enviado, a cada família, dois vídeos por semana, via Whatsapp. Os quatro primeiros vídeos terão até cinco minutos e irão abordar questões referentes ao desenvolvimento infantil, especificidades da parentalidade adotiva, necessidades infantis comuns no período de adaptação inicial, e formação de vínculos, como o ajuste das expectativas sobre o filho e sobre a própria parentalidade. Após isso, será disponibilizado um encontro de discussão entre uma psicóloga expert em adoção e família. Os próximos quatro vídeos terão conteúdos personalizados de acordo com o contexto familiar (ex. adoção tardia, adoção de irmãos, famílias homoparentais ou

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600

Bairro: Santa Cecília

CEP: 90.035-003

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-5698

Fax: (51)3308-5698

E-mail: cep-psico@ufrgs.br

Continuação do Parecer: 3.764.109

monoparentais, famílias inter-raciais, etc). Então, será realizada um último encontro, para nova discussão sobre os temas dos vídeos e outro sobre a avaliação do processo. O programa será implementado por psicólogas devidamente treinadas para a intervenção. Espera-se que o programa possa aumentar o conhecimento dos pais sobre a parentalidade adotiva e o desenvolvimento infantil, ajustar expectativas irrealistas em relação à adoção e aumentar o diálogo e as interações responsivas entre pais e filhos. Nesse sentido, contribuirá para a diminuição do estresse parental, aumento da satisfação com a parentalidade e senso de competência parental, facilitando interações positivas entre as díades e tríades.

Participarão 50 famílias, para chegar em pelo menos 30 participantes com dados completos ao final do programa, conforme exigência do edital para qual o projeto foi selecionado. A população alvo será pais adotivos que adotaram crianças de até seis anos, há menos de um ano. Serão incluídos somente casais (tanto homo quanto heterossexuais) que tenham adotado crianças de zero a seis anos há, no máximo, um ano. Também, serão incluídas somente famílias residentes na região Sul do país e no estado de São Paulo em função das diferenças que pode haver nos processos de adoção nas demais regiões do país. Como critérios de exclusão tem-se: famílias monoparentais – devido à possibilidade de a sobrecarga parental ser um fator de confusão, crianças que tenham alguma deficiência ou doença não-tratável.

O recrutamento dos 30 a 50 participantes acontecerá em duas frentes: através da divulgação em redes sociais e do convite direto aos grupos de apoio à adoção.

Todas as medidas serão coletadas através de meios digitais, visto que não haverá contatos presenciais com as famílias. Serão, em sua maioria, instrumentos autoaplicáveis através de sites de surveys online. As medidas estão de acordo com as estratégias e as metas previstas na teoria da mudança. Será realizada uma avaliação pré e pós intervenção. Especificamente no caso da medida de interação entre pais e filhos, utilizaremos um protocolo de observação da interação (PICCOLO) e será solicitado, às famílias, que enviem dois vídeos caseiros que serão analisados pela equipe também digitalmente.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivos e hipóteses:

Uma teoria da mudança (TOC) é um conjunto detalhado de crenças sobre mudanças observáveis específicas que se espera como resultado de um programa. Uma TOC clara e concisa facilita a precisão e a interação de ciclo rápido, identificando por quê, como e para quem uma intervenção

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
Bairro: Santa Cecília **CEP:** 90.035-003
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 **Fax:** (51)3308-5698 **E-mail:** cep-psico@ufrgs.br

Continuação do Parecer: 3.764.109

funciona ou não. Também facilita o aprendizado compartilhado e orienta as decisões relacionadas ao desenvolvimento e mensuração de programas. De acordo com o IDEAS Impact Framework, todas as equipes de projeto trabalham a partir de um modelo de TOC comum, com quatro elementos: estratégias, metas, resultados e moderadores, que compõe o que geralmente se denominam objetivos e hipóteses nos projetos de pesquisa. Para o presente estudo, a teoria da mudança proposta é de que o programa proposto irá aumentar o conhecimento dos pais sobre a parentalidade adotiva e o desenvolvimento infantil, ajustar expectativas irrealistas em relação à adoção e aumentar o diálogo e as interações responsivas entre pais e filhos. Nesse sentido, contribuirá para a diminuição do estresse parental, aumento da satisfação com a parentalidade e senso de competência parental, facilitando interações positivas entre as díades e tríades.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

As pesquisadores referem tratar-se de um estudo de risco mínimo, em que os procedimentos não sujeitam os participantes a riscos maiores do que os encontrados nas suas atividades cotidianas. Além disso, espera-se beneficiar os participantes e suas famílias com a intervenção proposta. No entanto, na percepção de situações de desconforto durante a realização da coleta, a equipe se responsabiliza por avaliar a situação, podendo suspender a continuidade da participação ou, caso necessário, encaminhar o participante para que receba atendimento psicológico online.

Benefícios:

Os participantes receberão uma atenção individualizada através das chamadas de vídeo, bem como do envio de vídeos adaptados às especificidades da adoção realizada por eles.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A presente proposta teve origem em um projeto de pesquisa do Núcleo de Pesquisas e Intervenções em Famílias com Bebês e Crianças (NUFABE), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Desde 2013 o grupo de pesquisa vem trabalhando na temática da adoção, inicialmente com questões referentes à habilitação para adoção, com profissionais que realizam esse processo nos tribunais de justiça do Rio Grande do Sul e de outras regiões do país. as famílias que passam pela experiência da adoção. Então, em 2019 a coordenadora da proposta participou de uma intensa seleção

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
Bairro: Santa Cecília **CEP:** 90.035-003
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 **Fax:** (51)3308-5698 **E-mail:** cep-psico@ufrgs.br

UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 3.764.109

em um workshop promovido pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), que após dois momentos iniciais de formação, oportunizou que seus participantes concorressem a um financiamento de pesquisa no valor de R\$150.000,00 para o desenvolvimento de um programa de intervenção com foco em primeira infância. A FMCSV integra o Núcleo Ciência Pela Infância (“NCPI”), iniciativa conjunta entre FMCSV, INSPER, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Porticus, Fundação Bernard Van Leer, Center On The Developing Child da Universidade de Harvard (“HCDC”) e David Rockefeller Center for Latin American Studies da Universidade de Harvard, que tem como principal objetivo traduzir, promover e disseminar o conhecimento científico sobre desenvolvimento infantil produzido por pesquisadores para uma linguagem mais acessível à sociedade, de modo que ela seja incorporada às políticas públicas e às práticas profissionais. A FMCSV com o apoio de seus parceiros, desenvolveu o iLab PRIMEIRA INFÂNCIA como um programa de incentivo e aceleração da cocriação, qualificação e implementação de projetos inovadores para o desenvolvimento da primeira infância no Brasil, com base no conhecimento científico, realizado pelo Núcleo Ciência Pela Infância (“NCPI”). Durante o processo seletivo do iLab Primeira Infância, 32 (trinta e duas) equipes entregaram propostas para participar no IDEAS Impact Framework Workshop: Inovação em Ação, dentre as quais 10 (dez) foram selecionadas para participar do processo seletivo da Fase 3, e dentre estas, 04 (quatro) foram selecionadas para desenvolvimento e implementação do Projeto, sendo que a proposta criada e coordenada pelo NUFABE/UFRGS – Adoção: início dos novos vínculos – foi uma das contempladas. Com isso, a presente proposta pareceu ser uma boa possibilidade de ampliação do número de pessoas alcançadas por uma intervenção que promova os vínculos entre pais, mães e crianças no contexto de pós-adoção.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido segue todas as recomendações da CONEP, de acordo com a resolução CNS 510/2016.

Recomendações:

Em se tratando de uma intervenção, que aborda momento bastante delicado da vida das famílias, salientamos que não se trata de um projeto de risco mínimo. Assim, sugerimos alterar esse texto no tcle que será oferecido aos participantes.

No entanto, as pesquisadoras referem os procedimentos que serão tomados caso os riscos se apresentem.

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
Bairro: Santa Cecília **CEP:** 90.035-003
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 **Fax:** (51)3308-5698 **E-mail:** cep-psico@ufrgs.br

Página 04 de 05

UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 3.764.109

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está aprovado por este CEP, seguindo as recomendações da resolução CNS 510/2016.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1477671.pdf	27/11/2019 14:08:59		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	27/11/2019 14:08:11	Giana Bitencourt Frizzo	Aceito
Folha de Rosto	folharosto.pdf	27/11/2019 14:07:04	Giana Bitencourt Frizzo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.docx	22/11/2019 19:43:21	Patricia Santos da Silva	Aceito
Orçamento	orcamento_ilab.pdf	22/11/2019 19:39:20	Patricia Santos da Silva	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	22/11/2019 19:38:19	Patricia Santos da Silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 12 de Dezembro de 2019

Assinado por:
Jerusa Fumagalli de Salles
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
Bairro: Santa Cecília **CEP:** 90.035-003
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 **Fax:** (51)3308-5698 **E-mail:** cep-psico@ufrgs.br

Programa de intervenção | Adoção: início dos novos vínculos

Nesse formulário, você vai responder diversas perguntas para podermos lhe conhecer melhor, conhecer sua família e compreendermos como o nosso programa poderá trazer benefícios a vocês.

*Obrigatório

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Estamos realizando um estudo denominado "Adoção: início dos novos vínculos". O estudo tem por finalidade proporcionar uma intervenção on-line, com duração aproximada de 2 meses, através de vídeos e videoconferência (sessões on-line), para famílias que tenham crianças por adoção entre zero e cinco anos e 11 meses. Primeiro serão necessários alguns procedimentos para que possamos avaliar os benefícios da intervenção antes e ao final do programa. Essa avaliação será praticamente igual no pré e pós-intervenção. Para isso, será enviado um link aos pais com questionários para coletar informações sobre dados sociodemográficos, informações sobre o processo de adoção e saúde mental. Após, os pais e a criança conhecerão a facilitadora responsável pelo programa em um momento cujo foco é filmar a interação pais-filho durante cerca de trinta a quarenta minutos.

Depois da avaliação, será iniciada a intervenção, que terá duração aproximada de 2 meses. O programa será implementado por facilitadores devidamente treinados e com conhecimentos substanciais sobre a temática da adoção. As sessões via webconferência terão duração de 60 minutos e serão gravadas em áudio e vídeo, para fins de registro e análise, mas não serão expostas em nenhum tipo de mídia.

A intervenção irá mesclar momentos de troca com o(a) facilitador(a), vídeos sobre temas importantes do pós-adoção e algumas tarefas reflexivas que acompanham os vídeos. O primeiro passo é uma sessão com o(a) facilitador(a). Nesse momento, os pais assistirão ao primeiro vídeo acompanhados do(a) profissional. Será um momento para aprender a assistir aos vídeos, pensar sobre como essas situações ocorreram na família participante e tirar dúvidas. Depois, durante duas semanas, os pais irão receber espaçadamente, ao longo desse período, o link de novos vídeos com temas diferentes: período de acolhimento, comportamento dos filhos e expectativas. Junto dos vídeos, será enviada uma tarefa de reflexão. Depois dessas semanas, haverá uma nova sessão com o(a) facilitador(a) para pensar em conjunto sobre os vídeos, as tarefas e questões e/ou dúvidas da família. Durante as duas semanas após o segundo encontro, os pais receberão por WhatsApp o link para mais três vídeos com os seguintes temas: histórias de vida, adoção interracial e relacionamentos dentro da família. De novo, haverá questões reflexivas que serão enviadas junto aos vídeos. Ao final, haverá uma última sessão com o(a) facilitador(a) nos mesmos modelos das sessões anteriores.

Finalizada a intervenção, a família irá participar da avaliação pós-intervenção, que segue o mesmo modelo da realizada no pré-intervenção. A única diferença é quem conduzirá esta etapa, que será um(a) facilitador(a) diferente.

Através deste trabalho, esperamos contribuir para fornecer base prática e teórica para a criação de um protocolo de intervenção em contexto brasileiro. Por ser esta uma prática com poucos registros científicos, acredita-se que trará grandes contribuições aos profissionais dos sistemas públicos de saúde e de assistência social que tem contato diário com estas famílias.

Não são conhecidos riscos aos participantes da pesquisa, mas poderá haver desconforto ao responder algumas perguntas feitas pelo entrevistador, apesar de que esperamos beneficiar você e sua família com a intervenção. Caso você sinta algum incômodo ou situação adversa durante a realização da pesquisa, ou seja, identificada alguma situação de risco a você ou sua família ao longo da intervenção, nossa equipe disponibilizará um atendimento on-line gratuito para acolhimento e encaminhamento necessário conforme sua rede. Não há remuneração prevista por sua participação.

Seus dados de identificação serão confidenciais e reservados e não serão divulgados na publicação dos resultados, já que servirão apenas para caracterizar o público que está colaborando com a pesquisa. As gravações obtidas serão utilizadas somente para este estudo, sendo armazenadas pela coordenadora da pesquisa durante 5 (cinco) anos e, após este período, serão deletadas.

Você terá a liberdade de retirar o seu consentimento, a qualquer momento, sem que isto traga prejuízo para sua vida pessoal e ao seu filho. Você receberá informações sobre este projeto de pesquisa e a forma como será conduzido e, em caso de dúvida ou novas perguntas, poderá entrar em contato com a pesquisadora Profa. Dra. Giana Bitencourt Frizzo, no Instituto de Psicologia da UFRGS. Caso queira contatar com a equipe, isto poderá ser feito pelo email projetoadoacao@ufrgs.br. Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que pode ser contactado pelo fone 3308-5698 ou e-mail cep-psico@ufrgs.br. Você receberá cópia virtual deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ficando outra via com a equipe de pesquisa.

Seção sem título

1. Você leu e concorda em participar da pesquisa? *

Marcar apenas uma oval.

- Declaro que li e concordo em participar da pesquisa *Pular para a pergunta 2*
- Declaro que li e não concordo em participar da pesquisa
Pular para a seção 4 (Não podemos prosseguir com o questionário)

Não podemos prosseguir com o questionário

Agradecemos pelo interesse no nosso programa, entretanto, outras etapas requerem o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Caso queira participar em outro momento, você será bem-vindo. Muito obrigada pela atenção!

Além disso, convidamos você e sua família para nos acompanhar nas redes sociais, através do

Instagram: <https://www.instagram.com/adocao.vinculos/>

Facebook: <https://www.facebook.com/ilabAdocao> e do Site: <https://www.ufrgs.br/nufabe/>.

Nessas redes compartilhamos nossos estudos, divulgamos pesquisas, dentre outras atividades.

Agradecemos novamente o seu interesse e contato.

Seguimos a disposição para o que precisarem!

Questionário sobre a adoção

As perguntas abaixo solicitam dados sociodemográficos sobre você, a(s) criança(s) adotada(s) e sobre o processo de adoção.

Primeiro, você vai responder perguntas sociodemográficas sobre você:

2. 1. Dados Gerais (quem está respondendo?) *

Marcar apenas uma oval.

Mãe

Pai

3. Nome completo *

4. Data de nascimento *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

5. Em relação ao quesito raça/cor, como você se denomina? *

Marcar apenas uma oval.

Branca

Preta

Parda

Amarela

Indígena

6. Qual estado você reside atualmente? *

Marcar apenas uma oval.

- Acre
- Alagoas
- Amapá
- Amazonas
- Bahia
- Ceará
- Distrito Federal
- Espírito Santo
- Goiás
- Maranhão
- Mato Grosso
- Mato Grosso do Sul
- Minas Gerais
- Pará
- Paraíba
- Paraná
- Pernambuco
- Piauí
- Rio de Janeiro
- Rio Grande do Norte
- Rio Grande do Sul
- Rondônia
- Roraima
- Santa Catarina
- São Paulo
- Sergipe
- Tocantins

7. Você reside: *

Marcar apenas uma oval.

- Na capital do estado
- Na região metropolitana
- No interior

8. Endereço: *

9. Celular (com DDD) *

10. E-mail *

11. Nome completo do seu companheiro(a)

12. Tempo de relacionamento (em anos)

13. Escolaridade *

Marcar apenas uma oval.

- Nenhuma
- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Curso Técnico Incompleto
- Curso Técnico Completo
- Pós-Graduação Incompleta
- Pós-Graduação Completa
- Outro: _____

14. Atualmente você está trabalhando? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

15. Qual a sua ocupação? *

16. Quantas horas você trabalha por semana? (se não trabalha digite zero) *

17. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal? *

Marcar apenas uma oval.

Nenhuma renda

Até 1 salário mínimo (até R\$ 1045,00)

De 1 a 3 salários mínimos (R\$ 1.045,00 até R\$ 3.135,00)

De 3 a 6 salários mínimos (R\$ 3.135,00 até R\$ 6.270,00)

De 6 a 9 salários mínimos (R\$ 6.270,00 até R\$ 9.405,00)

De 9 a 12 salários mínimos (R\$ 9.405,00 até R\$ 12.540,00)

De 12 a 15 salários mínimos (R\$ 12.540,00 até R\$ 15.675,00)

Mais de 15 salários mínimos (mais de R\$ 15.675,00)

18. Quantas pessoas moram na sua casa, incluindo você? (digite somente números) *

19. Você tem outros filhos? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

20. Seu/sua companheiro(a) tem outro(s) filho(s)?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

21. Quantos filhos você tem ao total? (digite somente números) *

22. Você fez ou faz atendimento psicológico? *

Marcar apenas uma oval.

- Atual
- Passado
- Nenhum

2. Informações sobre a adoção:

As perguntas abaixo referem-se ao processo de adoção realizado.

23. Quando tempo você esperou no Sistema Nacional de Adoção (SNA)? (digite somente números) *

24. Já aconteceram outras adoções na sua família ou na do(a) seu/sua companheiro(a)? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Quantas crianças você adotou?

25. *

Marcar apenas uma oval.

1 Pular para a pergunta 60

2 Pular para a pergunta 51

3 Pular para a pergunta 42

4 Pular para a pergunta 34

5 ou mais

Dados sobre seu(sua)(s) filho(a)(s):

26. Nome: *

27. Data de nascimento: *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

28. Idade: *

29. Data da chegada na família: *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

30. Local de Nascimento: *

31. Tempo de acolhimento institucional: *

Marcar apenas uma oval.

- 0
- 0 a 6 meses
- 6 meses a 1 ano
- 2 anos
- 3 anos
- 4 anos
- Mais que 4 anos

32. Sentença final de adoção:

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

33. Raça/cor: *

Marcar apenas uma oval.

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena

Dados sobre seu(sua)(s) filho(a)(s):

34. Nome: *

35. Data de nascimento: *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

36. Idade: *

37. Data da chegada na família: *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

38. Local de Nascimento: *

39. Tempo de acolhimento institucional: *

Marcar apenas uma oval.

- 0
- 0 a 6 meses
- 6 meses a 1 ano
- 2 anos
- 3 anos
- 4 anos
- Mais que 4 anos

40. Sentença final de adoção: *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

41. Raça/cor: *

Marcar apenas uma oval.

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena

Dados sobre seu(sua)(s) filho(a)(s):

42. Nome: *

43. Data de nascimento: *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

44. Idade: *

45. Data da chegada na família: *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

46. Local de Nascimento: *

47. Tipo de acolhimento:

Marcar apenas uma oval.

- Família acolhedora
 Casa-lar
 Acolhimento institucional
 Outro

48. Tempo de acolhimento: *

Marcar apenas uma oval.

- 0
 0 a 6 meses
 6 meses a 1 ano
 2 anos
 3 anos
 4 anos
 Mais que 4 anos

49. Sentença final de adoção:

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

50. Raça/cor: *

Marcar apenas uma oval.

Branca

Preta

Parda

Amarela

Indígena

Dados sobre seu(sua)(s) filho(a)(s):

51. Nome: *

52. Data de nascimento: *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

53. Idade: *

54. Data da chegada na família: *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

55. Local de Nascimento: *

56. Tipo de acolhimento:

Marcar apenas uma oval.

- Família acolhedora
- Casa-lar
- Acolhimento institucional
- Outro

57. Tempo de acolhimento: *

Marcar apenas uma oval.

- 0
- 0 a 6 meses
- 6 meses a 1 ano
- 2 anos
- 3 anos
- 4 anos
- Mais que 4 anos

58. Sentença final de adoção:

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

59. Raça/cor: *

Marcar apenas uma oval.

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena

Dados sobre seu(sua)(s) filho(a)(s):

60. Nome: *

61. Data de nascimento: *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

62. Idade: *

63. Data da chegada na família: *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

64. Local de Nascimento: *

65. Tipo de acolhimento:

Marcar apenas uma oval.

- Família acolhedora
- Casa-lar
- Acolhimento institucional
- Outro

66. Tempo de acolhimento: *

Marcar apenas uma oval.

- 0
- 0 a 6 meses
- 6 meses a 1 ano
- 2 anos
- 3 anos
- 4 anos
- Mais que 4 anos

67. Sentença final de adoção:

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

4. Efeitos da pandemia

As próximas perguntas são sobre a rotina da sua família e possíveis mudanças durante o período da pandemia do COVID-19.

1. Você está em isolamento social/quarentena? *

- Sim, minhas atividades de trabalho e/ou de estudo estão suspensas
- Sim, mas mantenho atividades de trabalho e/ou estudo à distância
- Já estive, mas não estou mais
- Não

2. Durante a quarentena, quanto tempo você passa com a(s) criança(s)? *

- Fico o tempo todo com ela(s)
- Fico com ela(s) a maior parte do tempo, dividindo com outra pessoa
- Fico com ela(s) algumas horas e tem alguém que fica mais tempo do que eu
- Não estou com ela(s) durante a quarentena

3. A renda familiar diminuiu depois da pandemia do Novo Corona Vírus? *

- Sim
- Não

4. Em função do COVID-19, você ficou sem algum(uns) desses recursos para o cuidado com a(s) criança(s)? Marque todos que se aplicam *

- Creche
- Auxílio de outros familiares e/ou amigos (avós, tios, madrinha, padrinho, vizinhos)
- Babá
- Não contava com nenhum auxílio antes do COVID-19

5. Você ou alguém próximo teve suspeita ou confirmação de COVID-19? Marque todas que se aplicam *

- Sim, eu mesmo(a)
- Sim, alguém que reside comigo
- Sim, alguém próximo, mas que não reside comigo
- Não

6. Você perdeu algum familiar ou amigo(a) próximo por COVID-19? *

Sim

Não

Questionário do Funcionamento Reflexivo Parental

Abaixo você encontra um conjunto de frases sobre você e sobre o seu filho (para simplificar, a palavra filho será utilizada para se referir ao seu filho ou à sua filha).

Leia cada frase e decida o quanto concorda ou discorda com a afirmação.

Use a seguinte escala de resposta:

1 se concordar totalmente e 7 se discordar totalmente. O ponto intermediário, se estiver neutro ou indeciso, é 4.

*

	1. Concordo totalmente	2	3	4. Não concordo nem discordo	5	6	7. Discordo totalmente
1. O único momento em que tenho certeza que meu filho me ama é quando ele está sorrindo para mim.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Sempre sei o que meu filho quer.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Gosto de pensar nos motivos que fazem meu filho se comportar ou se sentir de determinada maneira.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Meu filho chora na presença de estranhos para me deixar constrangido.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5. Eu consigo saber completamente o que se passa na mente do meu filho.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6. Eu me pergunto bastante sobre o que meu filho está pensando e sentindo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7. Acho difícil participar de brincadeiras de faz de conta com meu filho.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8. Sempre consigo prever o que meu filho vai fazer.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9. Muitas vezes tenho curiosidade em descobrir como meu filho se sente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10. Às vezes meu filho fica doente para não me deixar fazer o que eu quero.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11. Às vezes, posso entender de forma errada as reações do meu filho.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12. Tento ver as situações a partir do ponto de vista do meu filho.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13. Quando meu filho está inquieto, ele faz isso apenas para me incomodar.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

14. Eu sempre sei o motivo de fazer o que eu faço para o meu filho.

15. Eu tento entender os motivos porque meu filho se comporta mal.

16. Muitas vezes, o comportamento do meu filho é muito confuso para eu me preocupar em entender.

17. Sempre sei porque meu filho age do jeito como ele age.

18. Eu acredito que não faz sentido tentar adivinhar o que meu filho sente.

Inventário Percepção de Vinculação

Marque a opção que melhor descreve a forma como você se sente em relação ao(s) seu(sua)(s) filho(a)(s).

*

	Quase nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Quase sempre	Sempre
1. Eu sinto amor pelo meu filho(a).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Eu me sinto afetuosa e feliz com meu filho(a).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Eu quero passar mais tempo com meu filho(a).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Eu procuro ficar com meu filho(a).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5. Somente olhar pro meu filho(a) faz com que eu me sinta bem.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6. Eu sei que o meu filho(a) precisa de mim.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7. Eu acho meu filho(a) bonito(a).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8. Fico contente que este seja meu filho(a).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9. Eu me sinto especial quando meu filho(a) sorri.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

10. Eu gosto de olhar nos olhos do meu filho(a).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11. Eu gosto de abraçar o meu filho(a).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12. Eu observo se meu filho(a) está bem.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13. Eu quero meu filho(a) perto de mim.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
14. Eu converso sobre meu filho(a) com os outros.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
15. É divertido estar com meu filho(a).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
16. Eu gosto de ter meu filho(a) aconchegado em mim.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
17. Eu tenho orgulho do meu filho(a).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
18. Eu gosto de ver meu filho(a) fazer coisas novas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
19. Eu penso muito no meu filho(a).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
20. Eu conheço bem o jeito do meu filho(a).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
21. Eu quero que meu filho(a) confie em mim.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

22. Eu sei que eu sou importante para o meu filho(a).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
23. Eu entendo o que meu filho(a) quer dizer.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
24. Eu dou uma atenção especial ao meu filho(a).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
25. Eu acalmo meu filho(a) quando ele/ela está triste/chorando.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
26. Amar meu filho(a) é fácil.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Escala de Estresse Parental

As afirmações a seguir descrevem sentimentos e percepções a respeito da experiência de ser pai/mãe. Pense em cada um dos itens em termos de como tipicamente é seu relacionamento com seu filho (a). Por favor, indique o quanto você concorda ou discorda com os itens seguintes marcando um X no número e espaço apropriados. Por favor, responda a todos os itens do questionário.

- 0 = Discordo Totalmente;
1 = Discordo;
2 = Indeciso;
3 = Concordo;
4 = Concordo totalmente

*

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
1. Eu estou feliz no meu papel como pai/mãe.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Cuidar do(s) meu(minha)(s) filho(a)(s), às vezes, leva mais tempo e energia do que eu tenho para dar.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Eu me sinto próximo do meu(minha)(s) filho(a)(s).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Eu gosto de passar o tempo com o meu(minha)(s) filho(a)(s).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5. Meu(minha)(s) filho(a)(s) é uma importante fonte de carinho para mim.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6. Ter filho(a)(s) me dá uma visão mais otimista para o futuro.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7. A principal fonte de estresse na minha vida é o meu(minha)(s) filho(a)(s).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8. Ter filho(a)(s) deixa pouco tempo e flexibilidade em minha vida.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9. Ter filho(a)(s) tem sido um peso financeiro.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10. É difícil equilibrar diferentes responsabilidades por conta do meu(minha)(s) filho(a)(s).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11. Eu me sinto sobrecarregado(a) pela responsabilidade de ser pai/mãe.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12. Ter filho(a)(s) tem significado ter poucas escolhas e pouco controle sobre a minha vida.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13. Eu estou satisfeito(a) como pai/mãe.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
14. Eu acho meu(minha)(s) filho(a)(s) agradável(eis)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Agora vamos falar sobre como o(a) SR.(a) tem se sentido nas últimas semanas.

*

	(0) Nenhum dia	(1) Menos de uma semana	(2) Uma semana ou mais	(3) Quase todos os dias
1. Nas últimas duas semanas, quantos dias o(a) sr.(a) teve pouco interesse ou pouco prazer em fazer as coisas?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Nas últimas duas semanas, quantos dias o(a) sr.(a) se sentiu para baixo, deprimido(a) ou sem perspectiva?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Nas últimas duas semanas, quantos dias o(a) sr.(a) teve dificuldade para pegar no sono ou permanecer dormindo ou dormiu mais do que de costume?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Nas últimas duas semanas, quantos dias o(a) sr.(a) se sentiu cansado(a) ou com pouca energia?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5. Nas últimas duas semanas, quantos dias o(a) sr.(a) teve falta de apetite ou comeu demais?

6. Nas últimas duas semanas, quantos dias o(a) sr.(a) se sentiu mal consigo mesmo(a) ou achou que é um fracasso ou que decepcionou sua família ou a você mesmo(a)?

7. Nas últimas duas semanas, quantos dias o(a) sr.(a) teve dificuldade para se concentrar nas coisas (como ler o jornal ou ver televisão)?

8. Nas últimas duas semanas, quantos dias o(a) sr.(a) teve lentidão para se movimentar ou falar (a ponto das outras pessoas perceberem), ou ao contrário, esteve tão agitado(a) que você ficava andando de um lado para o outro mais do que de costume?

9. Nas últimas duas semanas, quantos dias o(a) sr.(a) pensou em se ferir de alguma maneira ou que seria melhor estar morto(a)?

10. Considerando as últimas duas semanas, os sintomas anteriores lhe causaram algum tipo de dificuldade para trabalhar ou estudar ou tomar conta das coisas em casa ou para se relacionar com as pessoas?

Questionário de saúde mental (GAD-7)

Na última semana, com que frequência você tem se incomodado com os seguintes problemas?

	(0) Raramente	(1) Alguns dias	(2) Mais da metade dos dias	(3) Quase todos os dias
1. Sentiu-se nervoso(a), ansioso(a), inquieto(a).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Não conseguiu parar de se preocupar ou controlar suas preocupações.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Se preocupou demais com diferentes coisas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Sentiu dificuldade em relaxar.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5. Ficou tão agitado(a) que foi difícil ficar parado(o).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6. Ficou facilmente aborrecido(a), irritado(a).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7. Sentiu-se com medo, como se algo ruim pudesse acontecer.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Informações finais

Você completou a primeira etapa do programa "Adoção: início dos novos vínculos". Essa parte é fundamental para compreendermos como a intervenção poderá ajudar você e as demais famílias.

Informe a nossa psicóloga assim que você e seu(sua) companheiro(a) finalizarem o preenchimento desse formulário para combinarmos os próximos passos. Nos vemos em breve!